

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 07/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO

<b>Presidente:</b>	- <i>Francisco José Esteves</i>
<b>1.ª Secretária:</b>	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
<b>2.ª Secretário</b>	- <i>José António Costa Ferreira</i>
<b>Hora de Abertura:</b>	- <b>09.30 Horas</b>
<b>Ata da 3.ª Sessão Ordinária 24 de junho de 2022</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Ata da 2.ª Sessão Extraordinária 02 de setembro de 2022</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Outras presenças:</b>	- <b>A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores:</b>  - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>
<b>Local da Reunião:</b>	- <b>Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela</b>

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

### **Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, vamos iniciar os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela e aproveito a oportunidade para cumprimentar desde já todos os Senhores Deputados das diversas Bancadas Municipais, cumprimentar o Executivo municipal na pessoa da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, cumprimentar também o público presente e a comunicação social e desejar que os trabalhos se pautem ao longo do dia de hoje, com a devida elevação e com a devida qualidade.

Temos uma boa notícia para vos dar, hoje vai ser uma Assembleia Municipal que vai ser submetida a transmissão *online*. Esse desiderato foi possível ao fim de muitas iniciativas e eu não posso deixar de agradecer ao Executivo municipal pelos esforços desenvolvidos, para a concretização deste projeto e também gostaria de agradecer, não só à empresa e sobretudo aos trabalhadores do Município, que foram literalmente incansáveis na implementação deste projeto.

Esta transmissão era uma pretensão nossa e permite aos cidadãos do concelho poderem disponibilizar e seguir os trabalhos deste Órgão de soberania eleito há cerca de um ano. Esta transmissão *online* das Sessões da Assembleia Municipal está sobre o Normativo aprovado em sede de Assembleia Municipal e tem uma regulamentação própria e, no que diz respeito ao público, eu pedia ao Senhor Secretário *José António Ferreira* para esclarecer o digníssimo público das particularidades inerentes à implementação deste Regulamento.

Muito obrigado a todos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Muito obrigado Senhor Presidente. Informar o público presente que, eventualmente, tenha interesse em intervir nesta Sessão, que vai ter transmissão *online* em direto, que estabelece o n.º 2 do artigo 5.º para salvaguarda, que, “*Os cidadãos interessados em intervir são informados, pela Mesa da Assembleia Municipal, no momento de inscrição, da transmissão em direto da reunião em que vão participar, devendo manifestar por escrito a sua prévia e expressa autorização ou não-autorização para a transmissão em direto da sua participação na reunião em que se inscreve.*” Para o efeito, todos aqueles que desejem intervir nesta Sessão, devem

assinar a declaração, manifestando a sua autorização, ou não autorização, neste caso a transmissão é momentaneamente interrompida, se for esse o desejo do cidadão interveniente na Sessão, se permitir a sua transmissão, assina a declaração em conformidade com o Regulamento das Transmissões Online da Assembleia Municipal, salvaguardando aquilo que é a regulamentação geral de proteção de dados de todos os cidadãos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Bom dia a todos e desejo que os Trabalhos decorram da melhor forma possível.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Ainda nas informações de expediente, a Assembleia Municipal recebeu um pedido do Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal o Professor *José António Ferreira*, que passo a informar:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exma. Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

Informo que irei solicitar o uso da palavra para uma intervenção no “Período Antes da Ordem do Dia”, da Assembleia Municipal de Mirandela do próximo dia 30 de setembro de 2022, desejando que a minha intervenção pudesse ser acompanhada pela possibilidade de exibição/projeção de 10 fotografias, utilizando os meios informáticos habituais disponíveis na Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela.

Assim, embora não exigido regimentalmente, mas prática em uso, venho por este meio, antecipadamente, solicitar autorização a V. Exa que superiormente preside aos trabalhos da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, para a referida exibição de imagens de acompanhamento da minha intervenção.

Grato pela atenção dispensada,

Com os meus melhores cumprimentos.

*José António Ferreira*

2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela.”

Esta situação já ocorreu anteriormente e não vemos qualquer problema em que assim sucedesse.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *Carlos Rafael de Sousa Carvalho* é substituído pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Deputado *Rui Filipe Pacheco Carrazedo* é substituído pelo Senhor Deputado *Luís António Santos Tomé*;

O Senhor Deputado *Hernâni Torres Moutinho* é substituído pelo Senhor Deputado *Bruno Leonel da Cruz Morais*.

### **Registo de Faltas.**

*Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Rui Filipe Pacheco Carrazedo, Hernâni Torres Moutinho, Joaquim António Morais Clemente, Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*: Sessão de 30 de setembro de 2022.

- *Rui Filipe Pacheco Carrazedo*: Sessão de 30 de setembro de 2022.

- *Hernâni Torres Moutinho*: Sessão de 30 de setembro de 2022.

- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 30 de setembro de 2022.

- *Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso*: Sessão de 30 de setembro de 2022.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

## **1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 24 de junho de 2022 e da Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 02 de setembro de 2022.**

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 24 de junho de 2022, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES (CDS/PP)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu tenho apenas uma questão a colocar em cada uma das Atas, começemos pela Ata de 24 de junho de 2022, na página n.º 36 na minha intervenção, na linha 5 tem “*de vires aqui*” eu gostava que corrigissem para “vir”, é apenas um “s” mas pode tirar o sentido da frase.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 24 de junho de 2022.**

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 02 de setembro de 2022, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES (CDS/PP)* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à Ata do dia 02 de setembro, na página n.º 5, há também um pormenor que eu gostaria de ver alterado, provavelmente até foi lapso meu na minha intervenção, mas estamos aqui é para corrigir, na minha intervenção, no penúltimo parágrafo está o seguinte “*esteja representada aqui na vila*”, é evidente que Mirandela já não é vila há muitos anos e portanto é um lapso que gostaria que corrigissem e colocassem na cidade.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Naturalmente que irão ser efetuadas as correções, é para isso que servem as intervenções e todas as correções que se possam efetivamente fazer são bem-vindas e com as diligências que as nossas funcionárias assim estão habituadas também.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 02 de setembro de 2022.**

## 1.º Período de Intervenção do Público

### 2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo quatro inscrições do público.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo que a cidadã que vai intervir autoriza a gravação da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *ANABELA COSTA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“O meu é *Anabela Costa* e sou moradora no bairro Tua Sol.

Sendo que este bairro tem sido bastante debatido, quer nesta Assembleia, quer em Reuniões de Câmara, venho hoje aqui, em representação de todo o Bairro apresentar a nossa versão, porque em todas as histórias há sempre dois lados.

Em junho de 2017 o sonho nasceu de uma conversa casual entre 4 mães e rápido a palavra se espalhou e o bairro se uniu na recolha de assinaturas para submetermos o pedido de um parque infantil ao Município. À data da entrega do abaixo-assinado havia neste bairro 101 crianças com idades entre os 2 e os 14 anos. Hoje acreditamos que haja muitas mais, devido a novos nascimentos e novas construções. Este Parque foi mesmo muito desejado e todos ficamos felizes quando em 2021 vimos nascer o sonho!

Contudo, desde a abertura que o cidadão *Manuel Brízido* começou a causar distúrbios entre as pessoas que frequentam o Parque. Na Reunião de Câmara do dia 25/08 pergunta-lhe se vai deixar morrer 2 cidadãos e nós questionamos se vai permitir que as mais de 100 crianças que vivem no bairro e as que aqui se deslocam de outros bairros da cidade vão continuar a ser importunadas por este senhor.

Quando tivemos conhecimento do que estava a planear fazer no Parque, a pedido deste senhor, tivemos que nos unir e acredite que, nós vamos lutar pelo nosso Parque e pela felicidade e paz das pessoas do bairro. Fizemos uma reunião, onde recolhemos queixas e testemunhos de todas as ações que este senhor tem feito contra as pessoas que frequentam o parque, seja às 9.00h da manhã ou às 10.00h da noite.

Senhora Presidente, o problema ali não é a tirolesa, retirar a tirolesa não vai acabar com as queixas deste senhor, que só ficará tranquilo quando o parque sair dali, existe mais uma casa junto ao parque e mais 9 casas que rodeiam o parque. Mais alguém fez queixas? Aliás, temos um testemunho de um morador que tem a casa a 30 metros e diz que o barulho não é assim tão significativo.

Somos mais de 200 moradores neste bairro, sendo que a maioria tem queixas contra este senhor. Por isso valerá mesmo a pena dar tanto tempo de antena a uma pessoa que só está bem a entrar em conflitos com as outras pessoas; que atormenta as nossas crianças ao ponto de elas chorarem. Acha isto normal?

Senhora Presidente, o Senhor *Brízido* ameaça-a com "armas de arremesso", nós damos-lhe factos concretos e avisamos que não vamos deixar sair a tirolesa, nem nenhum equipamento do nosso Parque. Que vamos lutar até ao fim, pois duas pessoas não podem ter mais peso do que 200, isso não é democracia. Desafiamos o Senhor *Manuel* e até o próprio Executivo a recolher tantas assinaturas dos residentes do Bairro, como nós recolhemos em 2017. E só assim poderão retirar a tirolesa.

Então vamos a factos:

- Alguns moradores já evitam ir para o parque para não se chatearem.
- Não importa a hora a que se esteja no parque. Ele e a sua esposa, mal sentem alguém no parque vão-se colocar em modo de "guarda" e são inconvenientes na forma como abordam as pessoas.
- Antes das 23.00 horas, caso esteja alguém no parque, ele sai de sua casa e vai abordar as pessoas em tom provocatório dizendo "Não está na hora de ir embora?". E passado 5 minutos está a chamar a Polícia.
- No verão, quando já existia o horário, o ATL "Sala de Estudo" fez uma atividade com os miúdos no Parque às 9.00 da manhã e ele abordou-os dizendo que era muito cedo para estarem a fazer barulho.
- Quando estamos a usar os equipamentos durante o final do dia, ele coloca-se no muro de sua casa a observar-nos a todos. Obviamente que, nós mulheres e mães ficamos incomodadas porque é apenas sinistro um homem estar a observar-nos e aos nossos filhos de forma intimidatória.
- Durante o dia, se os miúdos colocam música nos telefones para se divertirem, ele vai ter com eles e exige que desliguem a música.
- Quando as crianças mais velhas vão para o parque sozinhas, ele tem sempre que ir ao parque reclamar sobre tudo o que fazem. Já chegou inclusive a atormentá-las ao ponto de as fazer chorar, sendo que depois foi pedir desculpas aos pais em questão. Mas que adianta pedir desculpas se depois repete o mesmo comportamento? Quem é este senhor para abordar/ralhar e atormentar os filhos dos outros? O que espera este senhor? Que façamos queixas de assédio na Polícia? É que já estive mais longe de acontecer.
- O Senhor *Brízido* tem de se lembrar que quando aponta um dedo, tem sempre 3 dedos dele virados para si. Há bem pouco tempo o filho dele andava em altas velocidades com o carro pelo bairro e nunca ninguém o chamou à atenção ou fez queixas na Polícia. Este senhor incomoda-se com o ruído no parque e fala tanto em cidadania que tem um cão, que leva a passear e deixa os dejetos do cão no chão.
- Reclama com os miúdos se estes colocam as bicicletas encostadas à vedação do parque (na parte interna, para estarem mais guardadas) sendo que as pessoas que levam bicicletas para dentro do parque e andam lá dentro a passear são precisamente os netos deles.
- O muro dele tem um tubo de drenagem do jardim que verte água para dentro do parque. Nunca ninguém apresentou queixa formal para irem lá obrigá-lo a tapar o buraco.

E isto são apenas alguns dos relatos, porque acredite que há muitos mais.

Este senhor está a destabilizar a comunidade e a colocar o bairro inteiro contra ele. O bairro Tua Sol é uma comunidade unida e que está a sofrer com tudo isto.

Aproveito esta intervenção para fazer pedidos para o bairro: precisamos de mais árvores no bairro; precisamos de sombra no parque e de um bebedouro; as escadas que ligam a rua dos Jogos do Rio à rua João Maria Alves Esteves necessitam de limpeza de ervas daninhas e de colocação de focos de luz; os holofotes do parque necessitam ser ligados para que possamos usufruir do parque com mais segurança.

Agradeço o tempo despendido, certo de que o Executivo irá tomar a decisão mais correta e que beneficia o maior número de cidadãos."

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O meu nome é *Manuel Brízido* morador em Mirandela no bairro Tua Sol.

Senhor Presidente, hoje a minha intervenção vai-se dividir em duas partes, a primeira está relacionada com o bairro Tua Sol e a segunda está relacionada com a Junta de Freguesia do Cobro.

Falar de Mirandela é falar do parque infantil do bairro Tua Sol, passamos um verão e estamos a passar um inferno, em relação às pessoas que frequentam o mesmo, o barulho não importa a que horas e até que horas. Ainda hoje era a 01h 15 m quando fomos acordados por alguém que não nos deixaram dormir.

Não somos contra o parque infantil no bairro Tua Sol, fui um dos que me "bati" para que o mesmo fosse feito, mas sim, somos contra as pessoas que não nos deixam em paz e não nos deixam dormir.

Fomos insultados por pessoas, até ameaçados verbalmente, a Senhora Presidente não está isenta de culpas, porque a última palavra é sempre a sua e aqui não diga que não sabia do que ali iria ser colocado e o barulho que ali iria ser feito, a tirolesa coloquem-na

onde quiser, tem espaços para a poder colocar Senhora Presidente, se não coloque-a mesmo à frente da sua porta e vai ver o barulho que aquilo faz e que causa danos.

O Senhor Vereador disse-me e aconselhou-me a que fosse ter uma reunião com o Senhor Comissário da Polícia, onde tive muito gosto em o conhecer e em falar com ele e onde me disse que: “*Falamos com a Senhora Presidente numa reunião de Câmara e dei-lhe a ideia que devia retirar a tirolesa dali*”.

Pergunto, por que é que há dias colocaram lá uns projetores de luz, uma vez que eu uma altura tinha falado com o Senhor Vereador e depois chegou-se à conclusão que colocando aqueles projetores de luz ainda iria ser pior. Ora, eu até pergunto, por que é que em vez de colocarem os projetores de luz, não colocaram ali uma câmara de filmar, para saberem e verem que é que exatamente se porta mal conosco?

Senhora Presidente, a D. *Lina* tem grandes dificuldades em dormir, mesmo até já com medicação e isto assim não pode continuar. Queremos que o parque continue ali, porque nós também temos dois netos para que um dia eles possam usufruir exatamente daquele parque. Não venham dizer que nós somos contra o parque, nunca fomos, nem nunca seremos. Então para isso, se colocaram ali uma placa a dizer, a permissão de utilização do parque das 07h00m até às 23h00m, por que é que a Polícia chega ali e não toma as medidas que deve tomar, apenas dizem para se manterem calmos e não fazerem barulho e depois após a Polícia ir embora o barulho ainda é maior.

Levam para lá rádios para colocarem música e para nos fazerem ainda pior.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, se tiver de trazer ali a televisão vou fazer um esforço para o fazer, se tiver de meter uma ação no Tribunal contra a Câmara irei fazê-lo, não me vou calar, não vou “atirar com a toalha ao chão”, ninguém tem o direito de me enxovalhar. Escolhi aquele lugar para viver o resto da minha vida, não sei quantos anos, por isso tenho o direito a ser respeitado, não irei permitir que vão colocar ali não importa o quê, a minha casa não é uma gaiola, nem eu sou um perdigão para estar metido dentro da mesma.

Por isso vamos ter muito que penar, não sei qual é a proposta que vão apresentar para colocar ali o quê, estou curioso em saber, mas estou cá para saber.

Senhor Presidente, ouvi na rádio de Mirandela que a Câmara de Vinhais vai colocar em pontos diferentes desfibrilador, o que pode ser uma maneira de salvar vidas, por que não a de Mirandela fazer igual?

Senhor Presidente, a estrada do aeródromo até à ponte de Vilarinho e do “Melo” até ao cruzamento, em certos lugares já não se vêem marcações.

Numa Assembleia Municipal falei com a Senhora Presidente, abordei-a do mesmo, disse que ia tomar medidas e até ao momento nada foi feito.

Senhor Presidente, quero dar um elogio aos Senhores Presidentes das Freguesias do concelho de Mirandela, pelo prestígio que dão às suas aldeias, às suas Freguesias e se me perguntarem por que é que do Cobro não, não falo aqui do Cobro, não posso falar porque isso não acontece.

Senhor Presidente, para quê perder o meu tempo, dar cabo dos meus neurónios a colocar perguntas à Senhora Presidente, uma vez que nunca obtenho resposta, bom, o que a Senhora Presidente quer é que eu não faça parte, não venha às Assembleias e não coloque perguntas. Coloco perguntas, a Senhora Presidente não responde, o que quer dizer que a Senhora Presidente automaticamente foge das respostas como o “diabo da cruz”.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *FERNANDO VAZ* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Chamo-me *Fernando Augusto Vaz*, sou natural dos Passos e vivo em Mirandela há aproximadamente 40 anos. Herdei dos meus pais uma habitação na rua Padre João nº 35, fiz diversos contactos com as diversas Juntas, fui a uma reunião da Assembleia de Freguesia, em que presidia a essa reunião o atual Presidente de Junta, então expus-lhe que a rua não tinha saneamento, não tinha o mínimo de condições para viver lá e até à data nada foi feito. De seguida fiz uma carta dia 21 de fevereiro de 2022, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, essa carta foi registada, não é anónima, até à data não recebi qualquer resposta. Eu tenho aqui fotografias em que se vê o estado em que está a rua.

Os antigos Presidentes de Junta normalmente mandavam-na limpar duas a três vezes por ano, desde que este Presidente tomou posse nunca foi limpa e mais, puseram-nos um poste das telecomunicações, em cimento armado, nós pedimos à Junta para mandarem retirar esse poste para nos facilitar a entrada para as nossas habitações e até à data nada foi feito.

Eu faço uma pergunta muito simples, o que é que é preciso fazer para que o Senhor Presidente de Junta tenha a consciência de que quando ocupou aquele lugar foi para servir todos os contribuintes, mas dá-me a impressão que não, porque ele e a família ocupam sistematicamente a entrada da nossa habitação, a própria rua.

Eu não tenho mais nada a dizer, é só isto.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.



----- O Senhor Município *LEONEL XAVIER* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Coincide este dia, 30 de setembro, com a minha vinda para Mirandela, no ano de 1961. Faz hoje precisamente 61 anos.

Uma longa vida em terras mirandelenses que, sem esquecer as minhas origens, poderei chamar-me filho adotivo.

Mas não foi para isso que subi estes degraus, mas sim para apresentar a esta Assembleia algumas considerações que julgo oportunas e até pertinentes.

E, por isso, e antes de mais, dizer que nada me move contra as pessoas que pretendem inviabilizar a construção do Parque Eólico na Serra de Santa Comba, Freguesia de Lamas de Orelhão.

Aos dois elementos que fazem parte desta Assembleia Municipal, que pretendem apresentar, ou já apresentaram, uma providência cautelar para impedir esta edificação, quero continuar a ser pessoa amiga, pessoa que os considera muito e que tem por eles muita estima.

Todavia, permitam-me que discorde da forma e do tempo que usam para tentar travar esta obra.

Se não vejamos:

Desde 2008 que se fala no Parque Eólico na Serra de Santa Comba e na Serra dos Passos.

Nesta Câmara Municipal passaram alguns Presidentes e Vereadores e muito se tem falado, quer através dos órgãos de comunicação social, quer em contactos informais entre pessoas adstritas a este concelho, sobre este empreendimento.

E por isso, como município, como residente na Freguesia de Lamas de Orelhão, e ainda como membro da Associação de Compartes, estranho imenso que somente agora se lembrem de trazer à colação, a construção do referido parque, aludindo que fere as gravuras ali existentes.

E ainda, servindo-se da conduta da Arqueóloga Dr.<sup>a</sup> *Maria Sanches*, venham alertar que esta construção prejudicará a candidatura a um possível Património Nacional. Mas que candidatura? Alguém a conhece? A Câmara Municipal teve conhecimento? Julgo que não.

Tanto tempo, mais precisamente catorze anos após o “lançamento da primeira pedra” é que se lembram de alertar e tentar obstruí-la.

Termino, com a certeza de que a Câmara Municipal de Mirandela, tudo fará para que não comungue com quem quer travar este processo, principalmente agora, que estando a enfrentar graves problemas energéticos, este empreendimento será uma melhoria para a nossa população.

Que tudo se faça da melhor forma.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradecer as questões que foram feitas e vou, de forma resumida, responder daquilo que foi a atuação em cada uma das situações expostas, nomeadamente e começando pela primeira intervenção, a município *Anabela Costa* e também o município *Manuel Brízido*, relativamente ao parque infantil do bairro Tua Sol.

A Câmara Municipal de Mirandela efetivamente recebeu, ainda durante o ano de 2017, um abaixo-assinado dos moradores do bairro Tua Sol, no sentido de colocar, numa área de cedência do loteamento, que estava até então vazia e que era um espaço para um equipamento público, uma petição no sentido de colocar um parque infantil.

As razões que motivavam um conjunto de moradores era o facto de termos muitas crianças no bairro e permitir que as mesmas usufruíssem do parque infantil. A partir dessa data foi feito um projeto de colocação de um parque infantil, foram selecionados os equipamentos para a sua colocação e é verdade que em 2021, foi feito o procedimento de adjudicação, foi construído o novo parque infantil e portanto em 2021, abriu-se as portas deste que era um objetivo de todos os moradores.

As áreas de cedência, como sabem, são áreas de cedência que os loteadores cedem ao Município para vários espaços, estes equipamentos públicos são localizados e são projetados, tendo em vista o seu melhor aproveitamento e por isso, aquilo que posso dizer relativamente a esta situação, que é de facto um conflito entre aquilo que é a utilização do parque e aquilo que é o bem-estar e a qualidade de vida de todos e também o acesso ao próprio parque.

Como sabem, os parques infantis têm uma regulamentação própria, foi colocado um horário de funcionamento, aliás, à semelhança de todos os outros parques onde vai ser colocado um horário de funcionamento e os próprios equipamentos que foram selecionados, foram selecionados de acordo com as idades das crianças e foram selecionados tentando servir todos.

A situação de utilização indevida do parque e a situação de ruído obviamente que a fiscalização compete à Polícia de Segurança Pública, a regulamentação do parque infantil compete à Câmara Municipal.

Nesta perspetiva e porque há um conflito eminente entre um morador e os restantes moradores, pelo menos é essa a informação que nos chega, foram feitas várias reuniões com a Polícia de Segurança Pública, com os serviços da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais e foi decidido fazer, por um lado a colocação de um horário de funcionamento e caso houvesse concordância de todos, a saída de um equipamento que seria potencialmente conflituante devido ao ruído.

Entretanto houve uma reunião com o representante dos moradores, aquilo que nos foi dito foi que, haveria também a possibilidade que não pretendem que o equipamento seja deslocado dali para outro local e portanto, a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais está neste momento a projetar uma barreira anti som, que possibilitará a conjugação dos interesses de todos.



E por isso, em relação à Câmara Municipal tudo vamos fazer para que este clima de conflitualidade, porque estamos a falar num bairro residencial, um bairro com muita qualidade de vida, um bairro que tem muito convívio entre as pessoas e portanto, não queremos nunca que um equipamento público crie estas situações de conflito.

Pedimos a todos que encontremos soluções conjuntas, para que vivamos de forma harmoniosa e que as nossas crianças possam usufruir de um parque infantil na sua tranquilidade, mas dentro dos horários previstos e cumprindo a regras que estão em vigor.

Julgo que é uma situação passível de ser resolvida, a bem de todos e também da nossa comunidade e portanto, havendo cedências de parte a parte, julgo que vamos encontrar soluções.

O horário de funcionamento do parque está estipulado, está afixado e portanto, aquilo que posso dizer é que fora dos horários a Polícia de Segurança Pública faz um acompanhamento diário. Eu julgo que esta situação, apesar de já há bastante tempo que está a existir, vai ter alguma acalmia com os dias de inverno e durante esse tempo vamos ter que chegar a algum consenso entre os representantes dos moradores e o morador que está obviamente também perturbado e com as suas razões, tentando criar tranquilidade na sua casa para poder descansar.

Estas situações de ruído, como sabem, já foi aqui discutido várias vezes, são situações que acontecem nas cidades e também no mundo rural e muitas vezes difíceis de gerir, difíceis de gerir pelos Municípios, pelas Freguesias, mas também pelas comunidades, porque estamos com interesses incompatíveis, o direito ao descanso é um direito inalienável, o direito às pessoas usufruírem dos espaços públicos também me parece ser um direito dentro de determinadas regras e por isso, nestas e noutras situações tem que haver o bom senso, o equilíbrio e portanto julgo que, pedindo a todos que encontremos soluções conjuntas para que fiquemos todos tranquilos, num bairro que vos posso assegurar, tem uma família onde todos vivem felizes e esse é o nosso objetivo, por isso adotamos e construímos este parque infantil, que queremos que seja um fator de união, de convívio entre as crianças e os pais e não um fator de discórdia.

Para finalizar, fica aqui o pedido para que encontremos soluções conjuntas e que voltemos a ter a harmonia que tínhamos antes da existência do parque infantil. Foi um investimento ainda significativo, estamos a falar na ordem do 60/70 mil euros e portanto, aquilo que vos posso dizer é que por exemplo, em relação aos holofotes falta só a colocação de um relógio para podermos desligar às 23.00 horas.

Relativamente às questões que foram colocadas pelo município *Manuel Brízido*, dizer que em relação aos desfibrilador, a Câmara Municipal nos equipamentos desportivos, nas escolas e houve formação a todos aqueles que lidam com estes equipamentos que são fundamentais para salvar vidas.

Quanto à sinalização de estrada, houve um concurso público, a empresa que ganhou não executou o trabalho e aquilo que podemos dizer é que vamos ter que reabrir um novo concurso para que haja esta sinalização.

Relativamente à questão de vir ou não às Assembleias, é um direito de todo o cidadão participar e até o dever, participar nas nossas Assembleias Municipais, nas Reuniões de Câmara, a porta está sempre aberta e portanto, contamos que continuem a participar, porque a participação cívica também enaltece os nossos Órgãos Autárquicos e portanto, quer as Assembleias Municipais, quer as Assembleias de Freguesia, quer as Reuniões de Câmara, julgo que são um espaço, até porque todas as nossas Reuniões de Câmara são abertas ao público, não temos só uma reunião de Câmara mensal aberta ao público como está estipulado por lei, temos todas as Reuniões abertas ao público, ficam desde já convidados para participarem, serão sempre bem-vindos.

Quanto à intervenção do município *Fernando Vaz*, esta situação é na Freguesia dos Passos, a questão do saneamento, como sabem, nós estamos a fazer uma obra, que era uma obra já pedida há muitos anos pelos Passos, a ETAR, existem tanto aqui na cidade, como na vila, como nas aldeias muitas situações em que não há ligação ao saneamento e por isso, lentamente estamos a fazer, como podem ver também no resumo das obras municipais, muitos investimentos para garantir que o saneamento chega a todos. Relativamente às questões pessoais de ocupação da via, não conheço a situação. De qualquer forma relativamente ao saneamento, aquilo que lhe posso dizer é que, para já estamos a fazer a obra da ETAR que liga a todos, relativamente a essa situação em concreto tem de ser estudada pela Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, mas também tenho que o informar que o saneamento e o abastecimento de água é uma competência da Câmara Municipal e não das Juntas de Freguesia, obviamente que as Juntas de Freguesia fazem o acompanhamento, expõem as preocupações e nós efetivamente recebemos uma comunicação do Presidente de Junta, dando nota que essa rua nunca teve ligação ao saneamento e portanto, terão fossas individuais.

Julgo que é essa a situação que poderemos evidentemente estudar melhor e analisar melhor para fazer o ramal.

Relativamente à questão do município *Leonel Xavier*, dizer-lhe que, é um gosto tê-lo como mirandelenses e também que, em relação ao Parque Eólico da Serra, percebo bem aquilo que expôs, é evidentemente uma situação que já existe desde o ano de 2008 e que, existe aqui também uma situação que, à luz de alguns arqueólogos, não da equipa de arqueólogos que está como parceira no Projeto EscarpArte que julgam que será compatível o Parque Eólico com a existência de pinturas.

Efetivamente a Câmara Municipal não conhecia, nunca foi informada de uma possível candidatura à Unesco, nem sequer consta do processo EscarpArte, é um processo em que a Câmara Municipal é parceira, que está a participar com 100 mil euros este projeto de estudo e divulgação das pinturas da Serra, em que temos vários parceiros, o Chefe do Consórcio é o MORE – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, em conjunto com a Câmara Municipal, com uma empresa que trabalha nesta área de arqueologia e também com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este Chefe do Consórcio terá obviamente que resolver esta questão, que é a confusão que existe entre aquilo que é o Projeto EscarpArte e uma atitude por parte das investigadoras, que ultrapassa em muito aquilo que está no documento que todos assinamos e portanto será o Chefe do Consórcio que terá que resolver este problema porque o EscarpArte tem obviamente muito interesse, por isso este apoio financeiro da Câmara Municipal.

Relativamente ao Parque Eólico dizer que, também acreditamos que tudo o que se fizer se faça da melhor forma, concordando com aquilo que disse o nosso município.

Quanto às opiniões de cada um, obviamente respeitamos todas, respeitamos a posição que cada um de nós tem em relação à Serra e obviamente que a decisão foi tomada em 2008, anos mais tarde foi até deliberado em Reunião de Câmara um projeto de interesse municipal e portanto, a Câmara Municipal tinha na altura o Executivo que tem na altura a mesma legitimidade que temos nós nos dias de hoje e por isso, como entidade que honra os seus compromissos, obviamente que a Câmara Municipal honrará, até com as

Juntas de Freguesia envolvidas, com a Assembleia de Compartes, quer dos Passos, quer de Lamas de Orelhão, porque nesta data até era também com o Franco, depois foi retirado o Franco, acreditamos que consigamos resolver com bom senso e que seja também uma forma de financiar as investigações arqueológicas, dando vida à Serra, que nos preocupa muito sob o ponto de vista das épocas de incêndios. Quero alertar-vos que estas situações de facto são preocupantes e a Serra é um património que todos temos a obrigação de salvaguardar, por isso constituímos uma Equipa de Sapadores Florestais, devemos ter mais Sapadores para que a Serra continue um local de grande atratividade. Se é possível ou não consensualizar as duas utilizações da Serra, alguns especialistas dizem que é possível, porque são pinturas, não é de todo igual àquilo que existe em Foz Coa porque ficavam submersas as gravuras, aqui na Serra ficam acessíveis e é também uma forma de a acessibilidade ser mais fácil.

Agradecer a intervenção de todos e desejar bons trabalhos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Passos *CARLOS MONTEIRO* (Independente) fez uma interpelação à Mesa: Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu só queria vir aqui dizer ao Senhor *Fernando Vaz* que quando eu era presidente da Assembleia de Freguesia o Senhor *Fernando Vaz* foi lá e a resposta que lhe deram é que não era da competência da Junta fazer saneamentos nas aldeias.

Desde que eu sou Presidente de Junta nada me foi pedido, nem me foi indicado nada pelo Senhor *Fernando*, quando pedimos as contrapartidas à Câmara Municipal, sem ninguém me pedir mais nada eu fiz essa exigência dessa rua ser intervencionada pois não tinha saneamento nem nada.

O que eu quero dizer é que a obra já foi pedida sem ninguém me ter feito chegar nenhuma informação e eu por iniciativa da Junta de Freguesia fizemos esse pedido à Câmara Municipal, era uma das contrapartidas sobre o dinheiro que iríamos receber do Parque Eólico e está lá bem escrito, no *e-mail*, que o beco da rua Padre João não tem saneamento, nem calcetamento e portanto, alguma coisa esta Junta já fez. Em relação a dizer que a rua está sempre cheia de ervas, não é verdade, temos um funcionário que vai passando a limpar em todas as ruas da aldeia.

## Antes da Ordem do Dia

### 3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A Serra de Passos/Santa Comba é uma montanha de área reduzida, mas muito impactante na paisagem regional do centro de Trás-os-Montes pois eleva-se como um «*monte-ilha*» sobre as terras mais baixas da Bacia de Mirandela.

Forma uma unidade, quer do ponto de vista geológico, quer do ponto de vista patrimonial.

No que diz respeito ao Património Cultural, na Serra de Passos/Santa Comba, concentra-se, já reconhecido, o maior conjunto de pintura esquemática pré-histórica de Portugal e um dos dois maiores da Península Ibérica. Além do mais, as características iconográficas desta arte rupestre da Serra de Passos/Santa Comba torna-a absolutamente distinta das demais manifestações do género, principalmente pelo conjunto de motivos pintados, chamados oculados, que apresenta — sendo o maior e mais variado da Península Ibérica.

Destaca-se ainda o Abrigo do Buraco da Pala, que é uma imponente gruta natural, com painéis pintados, onde, além destes painéis, se identificou em escavação uma ocupação datada de 5 mil. a.c até meados de 3 mil. a.C, onde se recolheram sementes de trigo, cevada, fava e lentilha que são o testemunho mais antigo de práticas agrícolas do noroeste peninsular.

O estudo do património arqueológico da Serra de Passos, iniciado em 1987, ainda se encontra em curso. E, à medida que os trabalhos, nomeadamente de prospeção, se vão realizando, a dispersão dos sítios pelo corpo da serra e a sua densidade vai aumentando. Isto é, ainda não se conhece cientificamente todo o seu território com a devida minúcia, mas é seguro que a sua importância é já ímpar, tal como é certo que esta importância se ampliará no futuro, em consequência do desenvolvimento dos trabalhos de investigação que, entretanto, se desenvolvam.

Portanto, estamos perante toda uma paisagem cultural pré-histórica com, pelo menos, 7.000 anos de existência, tendo-se reconhecido, já, o valor cultural excepcional da Serra dos Passos / Santa Comba, e que conduziu à Classificação de 5 Núcleos / Áreas com o estatuto de “Imóvel de Interesse Público”.

É, assim, do mais liminar bom senso histórico que a Serra tem de ser entendida como toda uma paisagem cultural unitária, não se podendo dissociar, do ponto de vista científico, os sítios individuais do conjunto, nem o conjunto do todo espacial que ocupa no corpo da serra.

A instalação de um Parque Eólico corta de forma inequívoca com a unidade dessa paisagem cultural e compromete toda a sua preservação.

O próprio Parecer da Comissão de Avaliação do Parque Eólico, de 2016, reconhece, relativamente aos impactos sobre o património, que «...a implementação deste projeto, que irá alterar a percepção e fruição da paisagem onde se inserem estes elementos patrimoniais, e que ocorrerá durante toda a fase de exploração do PE, incluindo a linha elétrica, será um impacto de difícil minimização ou compensação.»

Há, neste momento, um potencial de uma candidatura desta Serra, nas suas mais diversas valências, a Património Mundial da UNESCO, reunindo toda a informação anterior, e a que se desenvolve na coleta de dados arqueológicos no atual Projeto de Investigação Plurianual Arqueológico, que sustentarão a candidatura da Serra dos Passos / Santa Comba a Património Mundial da



Unesco (em pareceria e rede com outros 3 conjuntos similares em território espanhol – Castilla e León), e que fica, naturalmente, comprometida com a construção de um parque eólico.

Dito de forma clara, o Parque Eólico compromete a valorização turística daquele património bem como a classificação UNESCO, pois, a sua instalação no espaço em que está projetado, interrompe a rede de conexão entre os vários espaços da serra, quebrando a unidade de uma Paisagem Cultural, com pelo menos 7000 anos de existência, acantonando-se na parte mais proeminente da serra, entre áreas classificadas.

No processo de candidatura à Unesco tem de haver o compromisso das entidades públicas de manter a salvaguardar o Valor Universal Excepcional do bem a candidatar através da proteção e conservação dos seus atributos, isto é, daquilo que lhe confere esse valor excepcional.

Que confiança pode ter uma candidatura em que “ao mesmo tempo” se compromete a preservar o valor que torna aquele bem excepcional, e lá se instala um Parque Eólico?

Ou seja, a implementação do Parque Eólico não é conciliável nem com o desenvolvimento do Turismo na Serra dos Passos / Santa Comba, nem, muito menos, com a proposta de classificação da Serra a Património Mundial da Unesco.

Por outro lado, que segurança podem ter as populações locais em relação aos possíveis efeitos na sua saúde, nomeadamente pelos infrassons com um parque eólico naquele local?

Com base num estudo recente de João Almeida, autoridade reconhecida nesta área, docente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Instituto Politécnico de Coimbra, vertido na sua Tese de Doutoramento, chamada “*Análise Geográfica do risco de exposição a infrassons e ruído de baixa frequência, com origem em turbinas eólicas*”, conclui que estes infrassons podem ter efeitos negativos sobre a saúde das populações pelo menos até 15 Kms de distância dos aerogeradores.

Realce-se que Lamas de Orelhão se situa apenas a 1,24 Kms, ou seja, a 1 Km e 240 metros – em linha reta – isto é, a uma distância 12 vezes menos que o recomendado, e receberá, os demais impactes negativos mais significativos, pois, terão visibilidade para 5 aerogeradores e também para a subestação e a linha elétrica aérea de alta tensão, vendo a integridade da sua paisagem completamente destruída.

Importa dizer que o processo de licenciamento e instalação, ao nível administrativo e formal do Parque Eólico de Mirandela não foi levado a cabo da melhor forma e rigor.

Vejamos, a Declaração de Interesse Municipal, aprovada em 2016, não teve uma correspondente discussão pública, nem tão pouco foi submetida para discussão e deliberação em sede de Assembleia Municipal, ao contrário de outros projetos de interesse municipal, que depois de aprovados pela Câmara Municipal tiveram esse seguimento, como foram os casos recentes do “Choupim” e do investimento na freguesia de Barcel.

Por seu lado, a Declaração de Impacte Ambiental – Favorável Condicionada - fundamentou-se em trabalhos de prospeção, documental e de campo, desenvolvidos entre 2012 e 2014, tendo sido aprovada em 12 de janeiro de 2017, e, conseqüentemente caducado, ao fim de 4 anos, em 12 de janeiro de 2021, tendo sido renovada automaticamente, à luz da lei.

Porém, não foi feita qualquer atualização de dados, nomeadamente com os trabalhos de investigação e descobertas entretanto realizadas, nem outras medidas preventivas, minimizadoras ou de valorização que a Declaração de Impacte Ambiental expressamente preconiza.

Assim, esta avaliação do impacte ambiental do projeto sobre o património arqueológico da serra produziu-se sobre dados anteriores a 2014, não tendo sido atualizados.

Por outro lado, relativamente ao PDM - Plano Diretor Municipal, que se encontra suspenso desde 2015, não permitiu, neste caso, a realização de um Plano de Ordenamento de Território da Serra de Passos/Santa Comba, que respondesse adequadamente à riqueza única do seu património, articulando-o e valorizando-o na sua dimensão cultural e natural, ponderando-se a criação de um parque arqueológico.

Houve falhas de ordenamento do território não estando, assim, a importância daquele património devidamente refletida em sede de PDM, em termos de ordenamento e valorização do território da serra, adequado ao valor que ela encerra, devendo ser considerado, integrado e visto em toda a sua potencialidade num plano de ordenamento do território adequado.

Por sua vez, saliente-se, que está atualmente em curso um projeto de divulgação e valorização da arte rupestre da Serra de Passos – chamado “*EscarpArte*”, financiado pela Fundação La Caixa/FCT e pelo Município de Mirandela.

Este projeto, focado em dois dos maiores núcleos de pinturas, tem a investigação mínima requerida à implementação de Turismo Cultural, que tem que obrigatoriamente de ser acompanhado da implementação de um «Plano de Mitigação».

O desenvolvimento deste projeto – “*EscarpArte*” com a simultânea instalação de um parque eólico no mesmo espaço é um contra-senso sintomático, no ordenamento daquele território.

O projeto *EscarpArte* deveria ser o arranque para o desenvolvimento de um turismo sustentável na serra, articulando o património cultural e natural, e atividades de lazer na Natureza. O turismo de natureza está em franco desenvolvimento, e afirma-se como uma aposta económica sustentável e de futuro.

Seria uma aposta económica de longo termo, baseado nos recursos endógenos, articulando a serra e as localidades, freguesias e concelho, criando condições para o desenvolvimento sustentado de um turismo cultural e de natureza, deixando para as gerações futuras o uso e fruição deste espaço natural e cultural tão excepcional.

Nada tenho contra os Parques Eólicos. Sou favorável à economia de mercado.

Sou sensível às energias renováveis e limpas, promotoras do combate às alterações climáticas. Sou ainda mais sensível a outras fontes de financiamento para o Município de Mirandela. Reconheço o interesse do investimento.

Mas, também, sou sensível ao património cultural e arqueológico existente na serra, que merece a nossa melhor atenção, respeito e a devida reflexão.

A questão é o local da sua implementação / instalação.

Não foi este património que “chocou” com o interesse na instalação do parque eólico na serra. Foi o parque eólico que “chocou” com o património existente na serra, pois este já lá se encontrava, deixado pelas nossas gerações ancestrais, há pelo menos 7.000 anos atrás.

O que conhecemos hoje da serra é muito mais do que conhecíamos até há pouco tempo atrás, e, seguramente muito menos do que conheceremos no futuro. Isto porque grande parte da área da serra não foi ainda prospectada, e menos ainda com tecnologias atualmente disponíveis.

Temos o dever de ponderar muito bem o custo-benefício de cada uma das nossas decisões com toda a abertura e serenidade, pois teremos, sem dúvida, as gerações do Futuro a cobrar-nos, com justiça, cada uma das nossas, eventuais, más decisões.

Entre elas, questionar se não haverá melhor e mais adequada localização para o Parque Eólico?

Porquê apenas naquele sítio? Porque as condições daquele lugar oferecem maior rentabilidade do investimento?

Se, não se justifica, a possibilidade de suspensão temporária da sua instalação esperando pela eventual classificação da Serra como Património Mundial pela Unesco, para tomar uma decisão definitiva.

Não confundo um projeto municipal de interesse com o interesse municipal ou interesse do município.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vim cá colocar algumas questões que tenho vindo a colocar ao Executivo desde 2017, mas antes disso queria recuar à última Assembleia Municipal do dia 02 de setembro, em que aprovamos aqui o empréstimo de cerca de 4 milhões de euros, em que eu votei naturalmente a favor, porque sem investimento e sem financiamento não há de facto desenvolvimento, no entanto estranhei o facto dos 12 projetos, se não me engano, quando falou que eram obras de extrema importância para o concelho, penso que todas elas são na cidade, estranhei também nenhum Presidente de Junta se manifestar, é sinal que não há necessidade de obras estruturantes nas Juntas, uma vez que ninguém se manifestou. Esperava que algum desse financiamento contemplasse as Freguesias rurais.

Relativamente a obras estruturantes na minha Freguesia, não vou mencionar, a Senhora Presidente já sabe desde sempre que é a estrada.

Passando agora a outros assuntos que tenho vindo a questionar nestes últimos anos, há cerca de dois anos ainda como Presidente de Junta, acompanhei dois funcionários da Proteção Civil que se deslocaram à aldeia de São Pedro Velho para fazerem um levantamento dos pontos de água que seria possível instalar na aldeia vindo do rio Tuela, mais do que nunca de facto justificava-se esse trabalho, ou projeto, gostava de saber se houve algum desenvolvimento e este ano com um ano de seca de facto justificava-se, uma vez que a maior parte das pessoas trabalham na agricultura, temos os produtores de morango, que este ano passaram o mês de agosto todo a ir buscar água ao rio diariamente, tiveram de comprar cisternas, se tivessem água na aldeia seria tudo mais fácil para eles.

Também relativamente ao projeto da CIM-TTM, o projeto que garante o transporte público de todas as Freguesias para a cidade, gostaria de saber em que ponto é que está esse projeto, uma vez que eu penso que era para entrar em funcionamento se não me engano em 2019, penso eu, entretanto veio a Covid-19 e pouco ou nada se falou nisso. Relembro que São Pedro Velho é a Freguesia mais distante do concelho, trinta e muitos quilómetros e continua sem transporte público durante o período escolar e não escolar. Para nós o facto de termos um transporte diário para Mirandela faria toda a diferença.

Na última Assembleia a Senhora Presidente falou ao de leve sobre a praia fluvial da Ponte da Pedra, penso que percebi que já havia uma empresa interessada em fazer a obra, gostaria, se possível, que nos desse mais informação sobre isso.

Outro problema que eu me debati nos últimos anos, é a internet nas aldeias, conseguimos no último mandato levar lá a Televisão duas vezes, alertar a Anacom, a Televisão, no entanto, pelo menos em São Pedro Velho a internet está pior do que estava há três anos seguramente. Verificou-se muito no período da pandemia, com uma professora em casa e uma filha que trabalha no Porto e tentou deslocar-se para São Pedro Velho, não conseguiu, tinha que ir para o Porto porque não tinha internet suficiente para estar em teletrabalho.

Também há uns meses iniciou-se em São Pedro Velho a prospeção do lítio, há cerca de seis, sete meses, até à data, confirmei com a Junta de Freguesia, não houve nenhum *feedback*, nenhum retorno, o *feedback* que eu tenho tido é porque casualmente já me encontrei duas vezes com um dos funcionários, mas muito pouco, não sei se a Câmara Municipal tem algum *feedback* por parte da empresa, é claro que é um assunto que nos interessa a todos e gostaria de saber se de facto há algum desenvolvimento. Penso que iniciaram há sete meses, em fevereiro, no entanto nunca mais disseram mais nada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MESQUITA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu inscrevi-me, não que tivesse grande interesse em falar, mas, depois de ouvir esta exposição brilhante do Senhor Secretário da Mesa *José António Ferreira*, não poderia deixar de vir aqui felicitá-lo, dar-lhe os parabéns, porque na verdade ele faz uma exposição convincente de que, os interesses do concelho têm de ser salvaguardados o mais urgentemente possível e se na verdade pudermos fazer uma discussão pública, porque na verdade tudo se moveu dentro de um secretismo estranho ao longo de todos estes anos, quer do ponto de vista do próprio parque, quer das gravuras que lá são encontradas, eu acho que é oportuno que esta Assembleia Municipal neste momento e *online*, para que todo o povo ouça, deva ser feito um debate que seja convincente e que se encontre efetivamente a melhor solução para o nosso concelho.

E por isso, o que eu queria e vou ficar por aqui, porque outros assuntos haveria, mas vou deixar para outro momento que seja mais oportuno, é felicitá-lo *José António Ferreira*, porque há uma exposição brilhante, nunca nenhum de nós por certo teve a oportunidade de ter esta informação que aqui foi deixada pelo *José António* e portanto, que se encontre efetivamente, dentro desta

sala, uma forma de reunir um consenso, porque a Serra dos Passos não é só dos Passos, nem de Lamas de Orelhão, é do concelho e não é propriedade nem de Presidentes, nem de Freguesias, nem de Presidentes de Juntas de Freguesia, é de todo o concelho e tudo o que possa ser feito de bom ali, será para todos nós.

Parabéns *José António Ferreira* e que se encontre essa solução.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu não tenho nenhuma intervenção preparada, mas falar de alguns temas relativos à penúltima Assembleia Municipal de 24 de junho quando a Senhora Presidente me respondeu relativamente ao parque infantil que de todo não é verdade, só para contextualizar, o parque infantil de Frechas foi contratualizado dia 01 de junho de 2021 e tinha um período de execução de 90 dias e ficou pronto efetivamente no dia 23 de setembro, ou seja, na anterior sexta-feira, agora sim concluído e não ao contrário do que a Senhora Presidente disse na Assembleia de 24 de junho.

Eu também não posso deixar de demonstrar o meu desagrado da forma como a Senhora Presidente me respondeu, com a sua arrogância e com a sua prepotência projetando imagens e não cumprindo o Regimento desta Assembleia Municipal. Por aquilo que me apercebi hoje tinha de fazer o pedido prévio à Mesa, porque é a Mesa desta Assembleia Municipal que conduz os trabalhos desta Assembleia e a Senhora Presidente presumo que não o tenha feito e eu hoje estava em condições de o fazer, mas não o faço, não o fiz para não descer ao nível da Senhora Presidente.

Relativamente a outro assunto, as transferências para as Juntas de Freguesia, foi acordado por este Executivo, está contratualizado, está assinado com todas as Freguesias, presumo que isto seja transversal a todas as Freguesias, se não ainda é mais grave, mas a Junta de Freguesia de Frechas já não recebe o valor do Protocolo há quatro meses. Isto é grave, é grave porque a Junta de Freguesia precisa desse dinheiro porque temos contratos com empresas, queremos fazer aquisições de bens e serviços, temos os funcionários e falta-nos esse dinheiro.

Eu acho que o Executivo teria de ter a humildade política para pedir desculpa aos Presidentes de Junta e enviar um *e-mail* justificando que possa estar a passar alguma dificuldade financeira, mas para avisar as Juntas de Freguesia para nós, Presidentes não nos podemos aventurar a fazer algumas obras e depois chegarmos a contar com esse dinheiro e efetivamente ele não chega. Acho que devia ter isso em conta, eu pedia mesmo até ao Senhor Presidente da Assembleia que fiscalizasse esta situação.

Tenho aqui uma situação do Matadouro do Cachão, que a Senhora Presidente também é responsável, há uns meses atrás fizeram a poda das árvores da área envolvente ao Matadouro do Cachão, mas todos os sobrantes ficaram no chão em cima daquela erva, eu presumo que foi a Proteção Civil ou os Sapadores Florestais que o fizeram, deviam ter retirado os sobrantes, porque além do mau impacto visual que dá para quem passa na Estrada Nacional, há o risco de incêndio e eu não quero ouvir dizer outra vez na comunicação social que o Cachão anda com outro incêndio. Acho que deviam proceder à limpeza daquele espaço e dignificá-lo como ele merece.

Mais um ano que a estrada n.º 1095, ou seja, Cachão-Vale da Sancha ainda não está limpa, é sempre a última estrada do concelho a ser limpa, as bermas da estrada e como sabe, mais de metade do trajeto daquela estrada tem os camiões da recolha do lixo e quando se cruza com esses carros ainda mais complicado fica, os carros ficam todos riscados porque as bermas não estão limpas. Agradecia essa intervenção com alguma urgência, visto que estamos no final de setembro.

Muito se tem falado também da Marca Mirandela, já ouvi várias versões, mas nada melhor do que perguntar à Senhora Presidente relativamente ao custo efetivo. Quanto custou efetivamente a Marca Mirandela? E também sei que foi um arquiteto, ou uma empresa de arquitetura, que não foi da nossa cidade, tendo a nossa cidade arquitetos e gabinetes de arquitetura, porque é que não entregou a uma empresa da nossa cidade, ficando aqui esse financiamento, esse custo no nosso concelho? Seria para pagar algum favor político? Agradecia também essa resposta.

Ainda também relativamente ao novo Administrador da AIN/MIC, também temos um novo Administrador que também veio de Miranda do Douro, pergunto também se em Mirandela não haveria uma pessoa capaz, para gerir meia dúzia de pavilhões destruídos e o matadouro tecnicamente falido?

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, que o pedido para a exibição de imagens não é uma questão regimental, tal como eu informei no início, é apenas uma questão de agilização e de qualidade do próprio desempenho da Mesa da Assembleia Municipal. Gostava que ficasse registado, apesar de já o ter feito logo no início da Sessão.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“A minha intervenção de hoje passa por três temas específicos, investimento privado, habitação e infraestruturas urbanas.

Vai um pouco ao encontro daquilo que o *José António Ferreira* falou sobre o Parque Eólico e a importância deste investimento.

A primeira prende-se com a necessidade de valorização do investimento neste território nomeadamente pela instalação importância da efetivação do parque eólico em Mirandela, na área da serra de Santa Comba, um investimento privado que ronda os 30 milhões de euros, num licenciamento que se iniciou em 2008.

Não foi há 2 ou 3 anos foi há cerca 14 anos, que se iniciou este processo, o próprio Executivo municipal na altura do Partido Social Democrata em 2016 e bem, vem reiterar a importância deste projeto sendo catalogado como de interesse municipal.

Compreendemos o interesse da população local e dos seus representantes na garantia na salvaguarda das contrapartidas, devendo estas ser adequadas à realidade atual na conjuntura financeira que atravessamos.

Senhor Presidente

Senhora Presidente da Câmara

Sabemos bem da importância do património cultural que deve ser preservado e mantido na sua identidade, encontra-se em curso o estudo do património arqueológico da Serra de Passos ou Serra de Santa Comba, iniciado em 1987 há cerca de 33 anos, e ainda não concluído, devemos sim continuar neste trabalho de valorização do património cultural, mas não podemos impedir que o investimento em Mirandela se deixe de realizar, parece que estamos a fazer o contrario do que muitas vezes defendemos, quando alguém quer investir, vamos-lhe dizer “espere um pouco” “aguarde” tenha calma... procure outro sitio...

Ninguém está contra aquilo que é a importância da valorização cultural, mas parece-me que este processo já se arrasta há algum tempo. Sobretudo numa altura em que o país e o mundo se encontra, virado para as energias renováveis, a importância da eólica em contexto de seca é essencial, existirá melhor contributo na transição climática e na implementação de políticas verdes que a produção de energia limpa? Ou vamos querer que outros concelhos à nossa volta nos ultrapassem, como por exemplo, aqui bem perto, Macedo de Cavaleiros com a implementação de um parque eólico na Serra de Bornes, em que o investimento aí realizado tem impacto nas finanças locais significativo o equivalente a 10% do fundo que é transferido pelo estado.

Senhora Presidente,

Quero-lhe dizer com isto que, a valorização cultural e a construção do parque eólico não são opositores, porque se o Município conseguir mais receita, consegue investir mais na cultura, nas pessoas e na valorização do território.

Habituação,

Mirandela atravessa, como muitos locais, atravessa um problema estrutural no mercado da habitação, quer seja pela valorização dos imóveis quer seja pelos custos do mercado de arrendamento, estamos a assistir a uma subida muito acentuada dos preços da habitação e Mirandela também acaba por sofrer nesta implementação de preços.

Na última Reunião de Câmara realizada dia 22 de setembro e no âmbito da estratégia local de habitação, foi aprovada a Proposta de “Oferta Pública de Aquisição de Imóveis”.

Uma medida estrutural que muito valorizamos, nomeadamente pela possibilidade de o Município adquirir os imóveis degradados, reabilitando os mesmos, para se colocar no mercado de arrendamento a custos controlados e estamos com isto a resolver duas questões essenciais:

- Reabilitar o centro histórico e a melhorar o contexto do arrendamento social

Este programa que tem uma dotação de 4.7 milhões de euros, será o maior investimento realizado até aos dias de hoje em habitação, um instrumento essencial na requalificação urbanística de uma zona das mais degradadas de Mirandela.

Mas permita-me sugerir o seguinte, no Orçamento de 2023, será necessária a aplicação de taxas máximas de IMI para imóveis devolutos ou degradados, esta medida é essencial para que os proprietários possam vender as estruturas ao Município ou reabilitar melhorando as suas habitações existentes e otimizando o acesso à habitação. São políticas como esta que Partido Socialista se revê, na melhoria das condições de vida das populações.

Infraestruturas urbanas

Senhor Presidente

Senhora Presidente da Câmara

Os mirandelenses, ficam muito satisfeitos pela adjudicação do Parque de Autocaravanas, que irá ficar situado na margem direita do rio Tua junto à Ponte Europa, este investimento do Município com um custo de 55 mil euros, permite a criação de estruturas para a receção desta comunidade turística controlando assim a sua localização e valorizando os equipamentos existentes.

Estamos com isto a atrair mais visitantes, apoiando assim a economia local.

Melhorar as estruturas urbanas é igualmente um projeto de futuro.

É por isso que a Junta de Freguesia de Mirandela apresentou à Câmara Municipal um conjunto de Propostas com um plano a médio prazo.

Nestas proposta de parceria que esperamos que seja aprovada prevê a melhoria de infraestruturas em 15 locais, num investimento público total de 380 mil euros, a ser concluído até 2025.

Neste projeto está vertida a pretensão da população, na resolução de problemas das suas ruas ou zonas de habitação com necessidade de requalificação.

São propostas concretas com custos partilhados e responsabilidade conjuntas entre a câmara municipal e a junta de freguesia.

Estamos com isto a planear, valorizando Mirandela e os Mirandelenses.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Hoje, vou limitar a minha intervenção inicial a um único assunto, dado ser o que tem mais urgência neste momento. Trata-se das pinturas rupestres da Serra dos Passos e de Santa Comba, bem como a construção das Eólicas nesses espaços.

Senhor Presidente, Senhora Presidente: na última reunião da Comissão Permanente, dia 9 de setembro, foi debatido este assunto, com os representantes da empresa, representantes da investigação histórica arqueológica que há décadas andam no terreno, dos Presidentes de Junta das Freguesias de Passos e Lamas de Orelhão, além da Presidente da Câmara e dos elementos da Comissão Permanente.

Nas intervenções finais, preocupou-nos a intervenção da Senhora Presidente da Câmara, que nos pareceu dizer que era um facto consumado e a construção das eólicas podia começar a qualquer momento. Da parte do Senhor Presidente da Assembleia, transpareceu-nos que o assunto ainda poderia ser tratado, pelo menos, ao nível da Assembleia Municipal.



Entretanto, nestes dias até hoje, veio a público, dia 19 do corrente, através da Rádio Terra Quente, a notícia de que dois Deputados da Comissão Permanente, *Jorge Humberto* da CDU e *José António Ferreira* do PS, estavam a ponderar avançar com uma Providência Cautelar para suspender a instalação do Parque Eólico. Um deles, *Jorge Humberto*, queria mesmo uma Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal para debater o assunto.

Dia 27 do corrente, o Executivo camarário, através do Vice-Presidente *Orlando Pires*, referiu que não comentava a intenção dos dois elementos da Comissão Permanente sobre a Providência Cautelar, mas reafirmava as intenções e a posição da Câmara: estava tudo bem sobre o processo das Eólicas e que o Executivo apenas “vai estar atento para perceber se vai ser cumprida a declaração de Impacte Ambiental” e que “vai estar atento ao processo de construção”.

Nem uma palavra ouvimos a respeito do Património Arqueológico, que neste momento se conhece e existe naquele espaço! Nem uma palavra sobre aqueles mirandenses que querem discutir o assunto ao nível da Assembleia Municipal! Nem uma palavra sobre o que é melhor para Mirandela, se a instalação do Parque Eólico, com apenas 6 geradores, se preservar, valorizar e rentabilizar o Património Arqueológico referido, potenciando o desenvolvimento de Mirandela.

Chegados a esta Assembleia Municipal do dia 30, e porque as obras podem começar a qualquer momento para a instalação das eólicas, verificamos que na agenda desta Reunião não está incluído um ponto dedicado ao problema das eólicas e ao valor patrimonial incalculável que as pinturas e outros elementos rupestres, bem como o próprio espaço natural, representam para o concelho de Mirandela.

Senhor Presidente, precisamos que nos esclareça o porquê da não inclusão de um ponto destes na agenda desta reunião. Está prevista uma Assembleia Municipal Extraordinária? Para quando?

As razões da urgência, para além do que aqui já foi referido pelo Deputado *José António Ferreira* que nos mostrou um pouco do valiosíssimo conjunto do espaço e dos vestígios rupestres, as pinturas, nele existente, são mais que evidentes:

- Há, nesta Assembleia, quem não aceite a destruição de um património arqueológico, histórico, cultural e Imaterial tão importante como o que Mirandela tem nas Serras de Passos e Santa Comba.
- Há, nesta sala, quem entenda que o parque eólico tem de avançar pondo em causa esta riqueza atrás referida, bem como pondo em causa o desenvolvimento de Mirandela, em particular o relacionado com o turismo, a cultura e suas dinâmicas económicas.
- Há também muitos Deputados que ainda não tomaram posição sobre o assunto, pois não estiveram naquela Comissão Permanente (que é limitada no número de representantes), desconhecendo a realidade em relação ao assunto em questão.
- Por outro lado, há um grupo de mirandenses que está a organizar uma petição para levar à Assembleia da República, para que as obras não sejam realizadas.

Por tudo isto, é urgente discutir o assunto aqui na Assembleia Municipal e tomar uma posição adequada, já que, para o Executivo parece só haver como solução: deixar avançar as obras. Sem refletir o que é mais vantajoso para Mirandela, se são os 6 geradores ou uma possível candidatura Ibérica à UNESCO, dando ainda mais valor às pinturas únicas da Serra dos Passos e Santa Comba.

Ou, como o Deputado *José António* referiu há pouco: o parque eólico aguardar que a candidatura a Património Mundial da UNESCO se efetive e pelo seu resultado, isto é se é aprovada. Ou então, entretanto, ver qual o local para a Instalação do parque eólico, que não seja este das Serras de Passos e Santa Comba, que contém as pinturas rupestres.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à pergunta que fez à Mesa, no que toca à Assembleia Extraordinária, ainda não chegou qualquer pedido à Mesa sobre esse assunto, naturalmente se vier a chegar depois a Mesa decidirá o que fazer sobre a situação. Da nossa parte já fica respondido e esclarecido.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A questão que se discutiu neste Ponto, o Parque Eólico, não posso deixar de vir aqui e fazer um esclarecimento do que está em causa.

Depois de ouvir a intervenção do Senhor Deputado e Secretário da Mesa *José António Ferreira*, o que está em causa é exatamente aquilo que nós temos que discutir, ou seja, como foi dito e bem, este é um processo que começou em 2008 e deve ficar claro em relação às posições que foram tomadas ao longo deste período, contrariamente ao PS, ao PSD e ao CDS/PP, que assinaram para que este Parque avançasse, sem que houvesse lugar a uma discussão pública e transparente e os mais variados intervenientes da cultura, do património e ambiente, que também com ele concordaram. Obviamente que a CDU não foi envolvida, não foi tida em conta no processo, quando teve conhecimento dele tudo fez para se esclarecer e para que a população do concelho pudesse fazer parte da decisão, exemplo disso foi o nosso pedido para uma Comissão Permanente Extraordinária que acolheu a aceitação de todos os Grupos Municipais e que permitiu que todos fizessem parte, para que fossem ouvidos os esclarecimentos e as suas posições.

Tem que ficar claro para a CDU que, a decisão da construção de um Parque Eólico na Serra deve ser feita com todos os dados concretos, os prós e os contras, porque se por um lado não se pode fazer tudo porque o dinheiro é importante para o Município e para os baldios, por outro lado também, não se pode impedir o desenvolvimento e as novas receitas que muito fazem falta para preservar um património, só porque alguns especialistas assim o interpretam, um património conhecido há décadas e sobre o qual os mirandenses continuam a saber muito pouco.

Se a empresa promotora interessa que o Parque avance, já que por isso esperam desde 2008, 2009, aos arqueólogos que têm manifestado publicamente interesse em proteger a sua investigação e o futuro conhecimento que dali possa ser retirado, mas o que é que interessa aos mirandenses? Porque um passo essencial deste processo é preciso ouvir a população, porque por muito que se tem ouvido, vem de fora e vem de quem não cá mora e desconhece a nossa realidade concreta.



Obviamente que não podemos deixar de manifestar aqui as incongruências deste processo que deu início em 2008 e a principal incongruência é que em 2016, como foi referido aqui pelo Senhor Deputado *José António Ferreira*, foi atribuído o Interesse Relevante Municipal e como os Senhores Deputados devem saber, uma decisão destas tem que descer à Assembleia Municipal. Não se pode fazer a atribuição de Interesse Relevante Municipal, sem que os Senhores Deputados desta Assembleia se manifestem ou sim, ou não, como já aconteceu em dois casos há relativamente pouco tempo e há qui perguntas que ficam no ar e têm de ser respondidas, daí a questão de que a CDU irá em oportunidade, juntamente quando for feita a Comissão Permanente, propor que se faça uma Assembleia Municipal específica para tratar este tema.

Eu vou explicar três pontos muito simples, que têm de ser clarificados:

O primeiro é, a empresa PERFORM3, da qual nós fomos depois confrontados que houve uma alteração para P4 – ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA., é uma empresa que se propõe realizar um investimento de 30 milhões de euros, que vai criar um posto de trabalho, mas que na realização da transferência na criação desta empresa de Perform3 para P4, estamos a falar de uma empresa que cria um capital social de 5 mil euros, onde é que está a credibilidade desta empresa? Uma empresa que se propõe fazer um investimento de 30 milhões de euros no seu capital social que forma faz com 5 mil euros?! Isto faz qualquer empresário para montar um café ou uma mercearia. Nós podemos montar uma empresa com 1 euro na Conservatória, no seu pacto social, mas uma empresa que faz uma realização de 30 milhões de euros faz um capital social de 5 mil euros?!

E depois há aqui muitas inverdades e a principal inverdade que está aqui é que, o conhecimento que sai daqui é que ninguém soube nada sobre este processo, a não ser os Vereadores na altura do PS, do PSD e do CDS/PP que votaram criação deste parque, porque o resto da população não sabia.

Só tomamos conhecimento disto quando este Executivo à revelia daquilo que disse a Senhora Presidente da Câmara há relativamente pouco tempo, é que antes de fazer a atribuição da licença para que este Parque se implementasse definitivamente, trouxesse e disse que trazia esse assunto à discussão na Assembleia Municipal.

Foi um processo escrutinado de forma secreta, num secretismo absoluto e que fomos confrontados a partir de maio, que foi quando tivemos conhecimento nós e as arqueólogas que estão ao serviço, de que o Parque iria ser definitivamente construído, o que ressalva aqui também outra coisa, é que aquilo que nos foi dito na Comissão Permanente pelos proprietários ou administradores da empresa, é que o Parque iria ter início até ao final deste mês, pelos vistos as máquinas ainda não estão lá.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Quero fazer uma breve introdução, já o devia ter feito na última Assembleia, mas a Agenda não o permitiu, para lembrar que uma pessoa que para Mirandela foi uma referência, trata-se de *José Fonseca*, o primeiro Presidente da Junta de Freguesia pós 25 de Abril, uma pessoa afável e extraordinária, para a qual eu peço à Mesa que, se for possível, fazer um minuto de silêncio em sua memória.

Quero também introduzir aqui um momento de reflexão, sobre temas que porventura se sobreporão a tudo o que aqui já foi dito, sobre obras, possíveis obras e referem-se ao momento político na Europa essencialmente, lembro aqui a Suécia, a Itália, a Hungria e também a situação em Portugal em termos de distribuição da riqueza, outros casos a assunção ao poder de uma Extrema-direita Fascista, que jamais em Portugal aceitaríamos e para a qual deixo este momento de reflexão.

O meu debate vai ser sobre Mirandela e muito em particular focar aqui a Oposição e a Oposição lembro aqui como sendo uma palavra redundante, apenas na forma, apenas atingindo alguns elementos, poucos, que teimam em olhar e não ver, ou ver e não acreditar.

“Assim, “Mirandela para e acredita”.

Isto dito pela boca de um Vereador, num evento recente, este bem poderia ser o *slogan* que define o estado de governação autárquica em Mirandela nos tempos mais recentes.

E, citando *Júlia Rodrigues* em 2018:

“Confiem e acreditem, pois Mirandela honrará o legado de séculos e perdurará, diferente, mas sempre única.”

Acreditar é, pois, uma palavra a reter.

Mirandela acredita que, fruto de uma inexplicável simbiose autarquia/entidades/pessoas, a onda de eventos culturais, desportivos, musicais..., e outros, a sua comunidade vem assistindo e/ou participando em inúmeros acontecimentos socioculturais que envolvem todos os estados etários e de género, ... e desde os oito aos oitenta...!

Porque fastidioso, não vou ler os exemplos desta afirmação (os quais poderão consultar mais à frente do meu discurso), mas lembrar para uma Oposição que não acredita que teima em não largar mão de uma mágoa saudosista e retrógrada, que tenta desacreditar e apenas difunde o que falta fazer...

Hoje como é o Dia Mundial da Navegação, navego dizendo que o poder atual, que desde 2017 comanda os destinos deste concelho, esperou 40 anos para o conseguir. Fez oposição séria, serena e com respeito, acreditando...

- Esperou que o povo se cansasse de promessas não cumpridas e lhe desse voz, acreditando...

- Esperou, esperou, mas não deixou de acreditar...

Esta oposição também espera, mas... não acredita!

Ou melhor,

- Está impaciente, intranquila, sem fé, por vezes (infelizmente muitas) com alguma falta de respeito...

E isto é mau para todos, principalmente para aqueles que gostam da democracia transparente e leal, em perseguição de um objetivo que nos incumbiram: a defesa do interesse coletivo (quem governa fá-lo para todos sem olhar a ideologias).

Não tenho dúvidas de que todos nós perseguimos este objetivo, somente que a forma de o expressar pode variar. Variar de tal forma que pode induzir o elemento redutor de não acreditar, do “ver para crer”, do “bota a baixo”, do inconformismo...

Dito isto, aplico a tese à nossa Oposição (felizmente menos agressiva do que no mandato anterior), para a qual o meu discurso se vira hoje, apelando a uma avaliação da nossa condição de mandatados efémeros, à mudança dos tempos e à dinâmica das coisas que nos moldam e condicionam.

Assim,

“Mirandela não para e acredita”

Acredita que está a fazer o que não prometeu, mas sem esquecer o que prometeu...

Mas uma Oposição resiliente, e que não acredita, não tem a lealdade de juntar as variáveis que entram nesta governação e concordar que as pessoas contam em primeiro...

Acreditar que as pessoas – neste Portugal profundo e desigual, têm a aspiração de poder vir a usufruir de necessidades básicas de:

- Habitação e conforto;
- Saúde e bem-estar;
- Educação e cultura;
- Emprego e garantia de estabilidade;
- Perspetivas de futuro e família.

Necessidades algumas que – concordem e acreditem ou não, a autarquia lhes vem conferindo prioridade, com consequências na gestão financeira e que os condicionalismos recentes obrigaram a abrandar o ritmo de outras (mas a não esquecer), porventura mais complexas e morosas, ligadas:

- À reabilitação e ao reordenamento do tecido urbano;
- À melhoria das acessibilidades em todo o concelho;
- À promoção do turismo, valorizando as mais-valias da oferta;
- À divulgação e vivência sustentável do nosso património paisagístico e cultural;
- À tentativa de conseguir habitação condigna para todos, através da aquisição de imóveis devolutos e/ou degradados;
- À expansão do parque empresarial, dentro do princípio de desenvolvimento sustentável da região.

Estas são, no meu entender, algumas das variáveis que – face à realidade atual, derivadas da pandemia e da guerra, têm porventura obrigado a seguir um caminho de gestão diferente e cientes da necessidade de:

- Reajustar o caminho de sustentabilidade financeira e sem penalizar o futuro;
- Reajustar o vetor de compromissos (idealmente melhorando-os);
- Reajustar o calendário de projetos não urgentes (idealmente melhorando-os).

Esta é a realidade de uma gestão camarária que herdou um passivo demolidor, que lida com a agravante de não ter recursos económicos de monta, e vem atravessando contrariedades sem precedentes...”

O meu discurso ainda demoraria possivelmente mais dois ou três minutos, se me permitem contínuo, se não guardarei para o fim.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Poderá deixar para a parte da tarde, para Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Estamos no Período Antes da Ordem do Dia e normalmente não estamos vinculados a um Ponto específico e assiste-me o direito de fazer esta intervenção.

Já houve aqui intervenções nomeadamente, dos Senhores Deputados *José António Ferreira*, *Jorge Humberto* e também *Virgílio Tavares*, que esvaziavam um pouco minha intervenção, mas percebi hoje que este PS anda às avessas, onde a Mesa da Assembleia, pelo menos um dos seus Membros, um dos seus distintos Membros eleitos para a Mesa, colide com a posição taxativa tomada pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* em relação ao Parque Eólico e em relação ao Parque rupestre passível de uma Candidatura à UNESCO.

Isto não é coisa pouca, isto é um facto político relevante, que volvidos estes dias e estes meses todos não se entendem, pelo que a discussão nesta Assembleia e discussão pública impõe-se e deixa-me perplexo, porque perante a intervenção do Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*, por conta da Senhora Presidente, já era tempo de ter entrado uma Providência Cautelar, como foi anunciado pelo Senhor Deputado *José António Ferreira* e o Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Ameaçaram publicamente, mas depois não a concretizaram.

De promessas está de facto o mundo cheio!

E mais preocupado fico, que este Executivo, aquele que não conseguiu ver que era completamente impossível construir um edifício transparente numa das entradas da Ponte Românica, não vai ser capaz de decidir cabalmente aquilo que se diz anunciado, não sei se é verdade, em relação ao Parque Rupestre da Serra de Santa Comba/Serra dos Passos. São os mesmos, pelo que vos chamo a atenção, eu não tive dúvidas sobre o edifício transparente, estivemos aqui horas numa Assembleia Municipal, até que o Executivo percebeu que tinha que retirar aquela obra.

Era o que faltava, a Ponte Românica numa das suas entradas, ter lá um edifício transparente! Pois aqueles que fizeram essa proposta, são os mesmos agora que têm de decidir em relação ao Parque Rupestre.

Senhora Presidente, eu troco o Parque das Autocaravanas por outro tipo de parque, que toque verdadeiramente um turismo de qualidade, diferenciador, inovador, ainda que este não seja um turismo de massas.

Quando a Bancada do PS veio fazer a apologia da líder com um Parque de Autocaravanas, que faz disso notícia, nós estamos..., não deixamos de estar ainda mais preocupados do que aquilo que estamos agora.

Pode-lhe dar imenso jeito Senhor Presidente de Junta, pode-lhe dar imenso jeito, mas essa mentalidade, fazer a apologia a favor da Dr.ª *Júlia* com pequenas coisas, ela é muito maior do que muitos da mentalidade que têm que fazem aqui estas intervenções.

Um Parque de Autocaravanas, ainda que seja muito importante, nesta Assembleia que é a primeira Assembleia filmada, é esta a mentalidade, não estou a dizer do PS, mas foi hoje aquilo que eu vi aqui com uma intervenção pública que nos compromete a todos.

A obra é bem-vinda, está planeada há muito tempo, Senhora Presidente, encontrou agora a oportunidade política para a fazer, mas não vamos fazer disto cavalo de batalha e de ver que a Senhora Presidente da Câmara é a melhor do mundo! Aliás, a Bancada do PSD já veio dizer que, ela é a melhor deles todos que aqui estão, nomeadamente os Senhores Vereadores que, casamentos e batizados vão a todos e funerais, até já vão de gente que não conhecem e depois ficam sem espaço para fazer aquilo que verdadeiramente devem fazer.

Já falei no problema político entre a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a Comissão Política do PS, que vão ter que resolver, porque vão ter que se pronunciar e vão ter que votar, mas o Executivo vai iniciar a obra, pelas palavras do Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*. O tempo urge, estamos todos comprometidos neste “barco” e as declarações que aqui fizemos vão-nos perseguir para o resto da vida. Estamos todos comprometidos, em fazer bem, oxalá que seja o Parque Eólico, oxalá que seja o parque rupestre, nós não sabemos e mais grave ainda, é que estão aqui não sei quantos Deputados que não vêm aqui uma discussão e para a qual não foi promovido qualquer debate público para os informar, porque já esteve agendado um Fórum internacional, daqueles grandes, a pensar em grande e foi cancelado sem apelo nem agravo, por dificuldade de agendamento. É esta a mentalidade, quem foi que assinou o ofício? Foi um Senhor Vereador que assinou o ofício, mas tem que assiná-lo em nome da Senhora Presidente da Câmara, isso vocês, sabem muito bem.

Mas cuidado, cuidado, cuidado porque esse Fórum iria dar muito esclarecimento à população, que aqui não está, mas que nós representamos e que se calhar ficavam com uma visão completamente distinta, a possibilidade de ter ali um Parque classificado pela UNESCO, vamos perseguir esse chavão, se é que é possível, não vamos ficar pelo Parque das Autocaravanas!

Este é o PS, eu sei qual é o problema, é que se o Parque Rupestre se for efetivo implica indemnizações, a par de outras indemnizações que a Câmara Municipal está envolvida, quer com a construção da Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, reconstrução, ou requalificação da Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, mais a derrocada do Lidl, a Senhora Presidente da Câmara deve equacionar nesse dia, “o que é que eu estou aqui a fazer?”, tendo em conta também a dívida acumulada de 12 milhões de euros, que era muito boa a fazer contas, mas que afinal continua asfíxiada como os outros.

E agora para terminar, Senhora Presidente, alguma vez participou em alguma votação sobre o Parque Eólico, uma vez que foi também Vereadora? Gostava que nos desse esta resposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Tal como fiz na Sessão desta Assembleia Municipal do dia 24 de junho e anteriores Sessões, em nome do Partido pelo qual fui eleito e que me conferiu também a confiança para participar nas atividades do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, venho dar conhecimento dos temas tratados na reunião do passado dia 19 de setembro.

Da ordem de trabalhos destaco, em primeiro lugar, o ponto relativo ao *Enquadramento da Agricultura no Regulamento de Taxas Municipais*.

Acontece que este Regulamento Municipal, com última revisão em 2014, não contém uma única referência às atividades agrícolas e pecuárias e, por essa razão, sempre que um requerente-agricultor pretende um qualquer parecer técnico sobre essas matérias, não há o enquadramento adequado e o assunto é, paradoxalmente, tratado e taxado como se de Operações Urbanísticas se tratasse!

Ficamos então a saber que esse Regulamento se encontra em processo de revisão e as atividades agrícolas e pecuárias passarão a estar enquadradas num capítulo próprio... será agora o momento para as organizações de agricultores apresentarem os seus contributos!

Ainda neste ponto foram também informados os membros do Conselho Municipal de Agricultura que, no portal eletrónico do Município de Mirandela, se encontra disponível e facilmente acessível um geoportal que constitui uma “ferramenta” de extraordinária utilidade para técnicos desta área e/ou para os próprios agricultores candidatos a financiamentos para os seus projetos de investimento.

Foi feita uma demonstração sobre a forma expedita como o requerente pode aceder à informação georreferenciada para, por exemplo, verificar se os prédios rústicos onde pretende fazer os investimentos se encontram ou não abrangidos por instrumentos de gestão territorial como a Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola ou área de proteção de qualquer tipo..., podendo, assim, de forma simples, requerer a validação dessa informação pelos serviços municipais competentes.

Merece ainda realce outro assunto da ordem de trabalhos que reputo de grande pertinência e atualidade – O Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca para o concelho de Mirandela.

Este Plano, aprovado em reunião de Câmara do passado dia 8 de setembro, foi apresentado aos membros do Conselho, pelos serviços do Município responsáveis pela sua elaboração, para apreciação e recolha de contributos relativos às matérias relacionadas especificamente com a atividade agrícola e pecuária.

Em resumo, prevê medidas tendentes a mitigar os efeitos da seca: de Âmbito Geral; no Setor Agrícola; no Setor Urbano – Sistema de Abastecimento Público, Consumo Doméstico e Consumo Municipal –; e de cariz Ambiental.

Inclui uma Estratégia de Sensibilização com o designio de “*promover a utilização eficiente da água como um imperativo ambiental (...), demonstrar que os recursos hídricos são limitados e que pequenas mudanças de comportamento no nosso dia-a-dia contribuem para garantir acesso a este recurso tão valioso às próximas gerações.*” A partir deste Plano será elaborado um Guia de Boas Práticas focado no uso eficiente da água, com medidas e recomendações concretas e bem fundamentadas para a gestão da água de rega e de consumo doméstico.

Por último, foi o Conselho informado que, sobre a proposta de apoio à apicultura por parte do Município, o assunto se encontra em análise para eventual inclusão em orçamento municipal.

Como se vê, alguma coisa já foi feita pela “lavoura” neste contexto, mas muito há ainda para fazer...

O Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela deve ser motivo de orgulho para todos nós... tem mais de 30 membros que representam um conjunto alargado e diversificado de setores da atividade agropecuária da região e incluindo a Direção Regional de Agricultura, as Instituições de Ensino Superior e Profissional Agrícola, além das organizações do comércio e indústria, organizações de produtores pecuários e cooperativas com sede nos concelhos vizinhos.

A terminar informo ainda que a próxima reunião está agendada para o dia 13 de dezembro de 2022 e sugiro a quem tenha interesse nestas questões que compareça.

O Regulamento prevê a participação do público, conforme é divulgado com a devida antecedência, através de Editais afixados nos locais de estilo e no portal eletrónico do Município.”

----- A Senhora Deputada Municipal **MATILDE MACHADO** (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Todos sabemos que os efeitos da guerra não se contêm nas fronteiras da Ucrânia e todos sentimos as suas consequências!

A escassez de alimentos, a inflação, o agravamento da pobreza fizeram com que o nosso governo reagisse com um leque de medidas de apoio às famílias e empresas das quais realço, o apoio, justo e solidário, às Misericórdias e IPSS que devido à inflação viram os seus custos aumentar em matérias-primas, água, energia, reconhecendo e valorizando assim o seu papel primordial enquanto parceiros.

O governo aumentou, com efeitos retroativos desde janeiro, a comparticipação de 8,5% por cada utente de lar e 12% nos Centros de Dia na prestação mensal paga por cada utente/cliente.

A título de medidas extraordinárias entre Julho a Dezembro irá ser pago também 18 euros por cada utente lares e deficientes, 6,60 € por Utentes de Centros de Dia e Apoio domiciliário e pode ser renovado, o que irá custar ao estado 18 milhões de euros.

Mas, o que me traz verdadeiramente a este púlpito, é falar de uma medida estrutural e não extraordinária, A GRATUIDADE DAS CRECHES.

- Este apoio efetivo que promove um enorme alívio para as famílias a nível de orçamento familiar “As famílias deixam de ter qualquer custo. O Estado substitui-se às famílias nos pagamentos que estas faziam”.

- Grande incentivo à natalidade (é uma medida política que não me recordo tão positiva)

- Todas as creches do setor social e solidário e as amas da Segurança Social passaram a ser gratuitas para as crianças nascidas a partir de 01 de setembro de 2021, inclusive. Esta gratuidade vai acompanhar a criança durante os anos em que esteja a frequentar a creche e inclui todas as despesas com as atividades e serviços habitualmente prestados.
- A Segurança Social passou a assumir a totalidade da comparticipação das famílias, estando incluídas as seguintes despesas:
- Atividades e serviços habitualmente prestados pelas creches (atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade, entre outras);
- Alimentação;
- Processo de inscrição, renovação e seguros;
- Prolongamento de horário e extensão semanal.
- Isto significa que as crianças que começaram na creche neste ano letivo e frequentam o setor social e solidário não estão a pagar para poderem frequentar!
- Considero a gratuidade nas creches algo “essencial” no combate à pobreza. Reduzir a pobreza é, aliás, um dos objetivos do governo, que até 2030 pretende retirar 765 mil pessoas do risco de pobreza e exclusão social.

Mas como as famílias não têm só encargos com os mais pequenos, o Governo também reforçou o abono de família para um mínimo de 600 euros anuais por filho, para crianças dos 1.º e 2.º escalões, e criou uma prestação adicional para crianças em situação de pobreza extrema.

O reforço do abono de família, que vai abranger cerca de 400 mil crianças do 1.º e 2.º escalões, entrou em vigor em setembro e vai ser implementado de forma faseada, com retroativos desde 01 de julho e completada em 2023.

O valor, que corresponde a 50 euros mensais, será atribuído a todas as crianças e jovens daqueles escalões independentemente da idade, ao contrário do que acontecia.

- Até agora, decrescia em função da idade da criança e assim passa a ser para todas, reconhecendo as necessidades e as despesas associadas às crianças e aos jovens, ao longo da sua juventude.
- Entre abono de família e benefícios em sede de IRS, as famílias que se encontrem nos 3.º e 4.º escalões vão passar a receber um valor mínimo também correspondente a 600 euros anuais por filho, sendo que nestes escalões o valor do abono de família é variável.

- Com esta alteração, o governo estima que sejam incluídas nos 3.º e 4.º escalões cerca de 80 mil crianças.
- Além deste valor, as crianças e jovens em situação de pobreza extrema vão receber ainda uma prestação adicional de 70 euros por mês este ano e 100 euros por mês a partir de 2023. A medida vai abranger cerca de 123 mil crianças.
- No total, essa prestação corresponde 1.200 euros anuais para permitir que possam sair desta situação crítica de pobreza e criar, assim, um instrumento financeiro de apoio para promover a igualdade de oportunidades.
- Estas medidas de apoio à família de mais 500 milhões de euros, comparativamente a 2015, representam o maior investimento de sempre do ponto de vista de medidas de apoio às famílias com crianças.
- As pessoas sempre primeiro!"

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

"Segundo o Papa Francisco, "A Juventude é a Janela pela qual o futuro entra".

Hoje, enquanto representante da minha bancada no Conselho Municipal da Juventude venho-vos falar sobre o que o Município tem feito pelos jovens durante o corrente ano. Porque muitos se questionam sobre o que é feito e merecem os devidos esclarecimentos.

A 11 de fevereiro de 2022 teve lugar a primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude onde foram eleitos os secretários da Mesa, nomeadamente o conselheiro *José Eduardo* e o conselheiro *Wanderley Conceição*. Foi também eleito o representante do Conselho Municipal da Juventude no Conselho Municipal da Educação que ficou a cargo do conselheiro *Tito Resende*. Nesta reunião foram abordados temas como a segurança dos jovens na noite, ocupação dos nossos jovens em tempos livres com vertentes mais viradas para a arte e cultura, e possibilidade de ser retomada a Assembleia Jovem. Por motivos técnicos informáticos a reunião de 13 de julho não se realizou pelo que próxima será no próximo dia 10 de outubro.

Em 19 de maio, o Município participou no II Encontro Nacional de Municípios Amigos da Juventude onde foi entregue o "Selo Município Amigo da Juventude".

Com o levantamento das restrições da Covid-19 foi possível retomar os programas típicos do Verão, nomeadamente:

-Verão Jovem: Neste programa foi entregue uma bolsa de 70€ por jovem/ turno em atividades que foram desenvolvidas na Piscina da Maravilha, Praia Fluvial, Centro Cultural e Viveiros. Fizeram-se 4 turnos de 11 dias que abrangeram o período de 4 de julho até 29 de agosto e contou com uma participação de 60 jovens.

-Voluntariado Jovem para as Florestas - Neste programa que contou com o total de 12 participantes, foram atribuídas bolsas de 180€ por jovem/turno de 15 dias. Decorreu entre os dias 11 de julho a 8 de setembro.

- O programa "Canoagem para Todos" teve como parceiros o Clube Fluvial de Mirandela e o Parque Natural Regional do Vale do Tua e realizou-se entre o 4 de julho e o 5 de agosto. Tratou-se de um programa totalmente gratuito aberto aos jovens e a toda a população.

- Celebração do dia Internacional da Juventude - Este dia foi celebrado com muita alegria e animação e proporcionou aos nossos jovens entradas gratuitas na Piscina Municipal da Maravilha e no Clube Ténis de Mirandela, Passeios de Canoagem, descontos no acesso ao Kartódromo e uma *Sunset Party* na Praia Fluvial Arq. *Albino Mendo*.

- A 17 de setembro a Junta de Freguesia de Mirandela juntamente com o Município organizou mais uma Corrida de Carrinhos de Rolamentos.

No passado fim-de-semana tivemos a retoma do Mirandela *Music Fest* que atraiu vários jovens do Distrito.

Nesta semana tivemos a Semana Europeia do Desporto onde houve várias ofertas abertas à juventude:

- "Brincar como os avós brincaram": um fim de tarde de encontro de gerações e preservação de tradições;

- *Street Basket* no Largo do Santuário da Nossa Senhora do Amparo;

- Passeio de Bicicleta;

- O *Tua Challenge* com uma extensão total de 12,4 quilómetros e que englobou três modalidades desportivas: Corrida, BTT e Canoagem.

- A 11ª edição da Travessia do Rio Tua.

Posto isto, o que não faltam são atividades feitas para os jovens e dou os meus parabéns quer ao Município de Mirandela quer à Junta de Freguesia de Mirandela e lanço o desafio às restantes Juntas de Freguesia que comecem a organizar eventos e programas para cativar os jovens das vossas aldeias."

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

"O assunto da educação é sempre um assunto delicado devendo ter uma reflexão permanente e crítica. A educação é dos pilares mais importantes de uma qualquer civilização. E nos tempos em que vivemos, o fator educacional é a sobrevivência e o bem-estar das gerações vindouras. O que educamos agora é refletido no futuro, cada vez mais próximo e a uma maior velocidade. Dizia o Professor *Sampaio da Nóvoa*, enquanto embaixador e representante permanente de Portugal junto da UNESCO, na Agência para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas:

"A educação tem muitas dicotomias. É como um rio, a beleza das suas margens. A dicotomia da margem direita face à margem esquerda; a dicotomia do montante sobre a jusante. Mas os gestores, decisores e políticos da educação têm dificuldade em perceber que no meio das dicotomias é que está a dinâmica da educação, comparando-se aqui a importância e a vitalidade da água que corre entre as margens."



Com este pensamento do Professor *Sampaio da Nóvoa*, quero levar-vos a outra reflexão que diz respeito ao nosso Mega Agrupamento. Esta palavra "MEGA" está a causar-nos enormes constrangimentos e vai-nos dar muitos dissabores, senão vejamos para conhecimento geral:

- Das 614 escolas que lecionam o ensino secundário, o posicionamento do Mega Agrupamento, face aos resultados de exames nacionais às várias disciplinas no *ranking* nacional, é na posição 452, no ano letivo de 2021/22.

No ano letivo anterior ficámos na posição 386, sensivelmente o meio da tabela.

Mas desde que foram lançados os *rankings* temos vindo a definir baixando a posição na tabela.

Mas mais preocupante se torna quando se analisam os dados por disciplina e pela entrada no ensino superior, dos nossos aprendentes, nas primeiras 2 prioridades.

Saliente-se, ainda, a seguinte preocupação: à disciplina de Português, no exame do ano letivo 2021/22, este ano, o Mega Agrupamento ficou na posição 601. Ficamos a 13 lugares do último.

De igual modo preocupante são as classificações de exame nacional e classificações internas. Denotam-se fossos enormes e o inflacionamento das classificações internas.

Os mais céticos dirão: os *rankings* valem o que valem. Não existem diferenciações corretas entre a escola pública e privada. Talvez! Mas a verdade é que é o único documento de competitividade entre as escolas.

Competitividade é de facto uma das enormes falhas do nosso Mega Agrupamento. Com isto advém outra preocupação para reflexão: de ano para ano, o Mega Agrupamento perde alunos para outras escolas, de outros concelhos, optando pelas ofertas de outros percursos escolares.

Levanta-se a seguinte questão: se temos investimentos no edificado, nas condições do bem-estar dos aprendentes, que responsabilidades existem face a estes resultados? Por mais condições que nos proporcionem existe um problema crónico no concelho com o nome Mega Agrupamento. Se não vejamos os resultados do concelho de Bragança com os seus 3 Agrupamentos. As posições são 56, 222 e 300. Aqui há competitividade, facilidade de gestão.

Anseio pelos relatórios do Conselho Municipal da Educação, que virão a esta Assembleia pelos seus representantes, com certeza, para ver espelhadas estas e outras reflexões, preocupações, que não deviam ser só minhas mas da coletividade, bem como orientações para o futuro, de modo a que, num futuro próximo, possamos corrigir as posições do nosso Agrupamento na tabela nacional e encontrar a "cura" para o problema crónico.

Reforço a tónica da reflexão: Se existe um esforço enorme de investimento, até no âmbito municipal, na melhoria das condições do edificado e do equipamento, este terá que ter o seu retorno, terá que ter a sua rentabilidade, de alguma maneira. Aqui a rentabilidade traduzir-se-á no sucesso e no bem-estar dos nossos aprendentes. Deposita-se aqui uma nova esperança num novo projeto educativo de forma a mudar de carril.

Quanto à cultura, dizer com enorme satisfação que estamos numa outra dimensão relativamente aos mandatos do PSD. Tivemos e temos agendas culturais mais diversificadas e mais intensas, mas deixo aqui um reparo no formato de lembrete: a cultura não é só música e expressão dramática.

Não posso deixar de prestar uma simpatia enorme ao ex-Deputado, professor *Pedro Beato*, que nos deliciava e transportava para a cultura local, numa dimensão extraordinária. Transportava-nos para a cultura do nosso território. Denunciava, com a sua peculiar característica, os atropelos daquela toponímia que deveria existir, da corda no sino daquela igreja, etc, na dimensão cultural da região, do local.

A cultura também passa por esta dimensão. Não podemos, nem devemos descurar a cultura próxima da nossa gente e também, aqui e muito bem, pode ter e tem, sem dúvidas, a sua agenda que espero que seja sempre com maior intensidade e muito mais preenchida, a cada ano que passa."

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Tenho duas Propostas para fazer a esta digníssima Assembleia, a primeira na sequência daquilo que foi proposto pelo Senhor Deputado *José Trovisco*, propor a esta Assembleia um Minuto de Silêncio pelo falecimento do Senhor *Florianos Fonseca*, primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, democraticamente eleito pelo regime democrático pós 25 de abril, nas primeiras eleições autárquicas realizadas no dia 12 de dezembro de 1976.

Esta era a primeira Proposta.

A segunda Proposta, nós tivemos 13 intervenções, versando uma plêiade de assuntos muito diversos, que merecerão seguramente da Senhora Presidente da Câmara uma satisfação às questões elencadas, que será seguramente prolongada, nesse contexto, propúnhamos retomar os Trabalhos depois do almoço, mas em vez de ser às 14.30 horas, estamos aqui e peço-vos para serem pontuais, às 14.15 horas.

Se estiverem de acordo, eu proponha a esta Assembleia Municipal um Minuto de Silêncio pelo falecimento do Senhor *Florianos Fonseca*.

----- A Assembleia Municipal associou-se ao Proposto e efetuou um Minuto de Silêncio pelo falecimento do Senhor *Florianos Fonseca*, primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, democraticamente eleito pelo regime democrático pós 25 de abril, nas primeiras eleições autárquicas realizadas no dia 12 de dezembro de 1976.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Boa tarde a todos, após as 13 intervenções da inscrição do Período Antes da Ordem do Dia da parte da manhã, vou passar a palavra à Senhora Presidente da Câmara, por forma a esclarecer todas as questões que lhe foram levantadas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começando pelo Senhor Deputado Municipal Professor *José António Ferreira*, relativamente a esta questão que foi abordada por mais alguns Deputados e que se relaciona com a questão do Parque Eólico e das Pinturas Rupestres.

Eu resumo toda esta situação e relativamente à posição da Câmara Municipal numa única palavra, responsabilidade.

A responsabilidade da Câmara Municipal vem desde o ano de 2008 e por isso é bom que tenhamos a noção e eu há pouco fiz essa nota, daquilo que é tudo o que são decisões do Executivo, da legitimidade quando são tomadas decisões e o conteúdo das próprias decisões. Houve, à data, assinaturas de contrato tanto da parte da Câmara Municipal, como também das Assembleias de Compartes, naquela altura, como sabemos, eram 13 aerogeradores, neste momento estão decididos seis aerogeradores e o processo que entrou na Câmara Municipal foi o processo de licenciamento deste investimento, como de outros investimentos que todos os dias passam pela Divisão de Obras Municipais e Urbanismo.

Quando um processo de licenciamento entra na Câmara Municipal, segue para a Divisão de Obras para Parecer, esse Parecer é um Parecer Técnico, sabendo de antemão que a Câmara Municipal em muitas situações tem de pedir Parecer a entidades externas e os Pareceres foram pedidos, os Pareceres foram validados e a Câmara Municipal tem que licenciar tudo aquilo que são investimentos, sejam eles de natureza industrial, comercial, energética, ou até casas de habitação. Essa é a função da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, que licencia com base nos instrumentos de gestão territorial, desde logo o PDM – Plano Diretor Municipal, que foi revisto, como todos sabemos em 2015 e que faz parte do nosso dia-a-dia na avaliação de projetos.

No PDM não existe nenhuma restrição, a não ser os sítios classificados, ou em vias de classificação e isto está assegurado pelo Estudo de Impacte Ambiental e pela Declaração de Impacte Ambiental.

Portanto, de forma muito resumida, a responsabilidade de qualquer Executivo nestas funções é cumprir a lei e a lei é muito clara e a lei é efetivamente um processo que se arrasta há 14 anos e portanto, convém também questionarmo-nos todos onde estávamos em 2008 e o que é que, à data, foi feito com esta preocupação e com esta responsabilidade que tem de ser assumida por todo, por todos nós mirandenses que estamos atentos a estas questões da política local e também da política nacional, porque como todos sabemos, somos todos responsáveis e por isso, eu acho que devemos todos refletir sobre aquilo que são as nossas decisões e não fazer críticas por críticas, levantar assuntos só porque sim, acho que sim, que os assuntos devem ser todos discutidos, mas é bom que tenhamos argumentação técnica, legal, jurídica, porque a Câmara Municipal tem acima de tudo que cumprir a lei e este assunto vou falar mais à frente quando responder sobre aquilo que é o projeto EscarpArte.

A Câmara Municipal se não estivesse interessada nas pinturas não financiava um projeto deste nível e portanto, mesmo até a Investigadora que está neste projeto, sabe que todas as investigações que foram feitas por ela e pelos seus Doutorandos, têm sido financiadas, muitos dos financiamentos que obteve foi através da Câmara Municipal de Mirandela.

Nunca foi feita uma classificação do próprio espaço, e segundo ela própria diz, legalmente está tudo bem e portanto, tivemos muitos anos para proteger toda aquela área, classificá-la no seu todo, não o fizemos. O investidor cumpriu tudo o que foi solicitado, quer da parte da Direção Geral da Cultura do Norte, quer da parte dos requisitos legais jurídicos para proteção de património e portanto, aquilo que me parece é que, se houver iniciativas individuais que possam por em causa o arranque, acho que cada cidadão deve ter essa responsabilidade também.

A posição da Câmara Municipal é muito clara, se fosse hoje que entrasse um pedido, havia naturalmente uma reflexão, havia o ouvir das duas situações e havia acima de tudo conseguir saber o que é que as entidades responsáveis pelo património cultural têm a dizer sobre esta matéria.

Já há muitos anos que as entidades responsáveis pelo património cultural deram um Parecer sobre esta matéria, foram classificados os sítios arqueológicos, as investigações duram desde os anos 80, nós estamos em 2022 e, portanto, cada um de nós tem que assumir as suas responsabilidades enquanto cidadão, enquanto Membros de Órgãos Autárquicos durante estes anos.

Relativamente à questão do Senhor Deputado *Carlos Pires* a quem agradeço, a verdade é que estas questões não existem desde 2017, existem desde que São Pedro Velho teve um Presidente de Junta que se chama *Carlos Pires* e portanto, com tantos anos no poder tenho a certeza que podia ter resolvido todas estas situações, de qualquer forma não foram resolvidas.

Mas, vou passar a responder às questões diretas que foram colocadas, em relação ao empréstimo de 4 milhões de euros, dizer-lhe que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, inclui tudo aquilo que são áreas, que já estava aprovado em 2017, foi alterado, houve uma reprogramação, mas contempla situações na área urbana, ou seja este PEDU, faz parte no nosso Plano Municipal, teve 8 milhões nas escolas, a Estação Ferroviária, a Zona Industrial, são tudo investimentos que são para o concelho todo, não são só para a Freguesia de Mirandela, servem todo o nosso concelho, apesar deste Programa em específico estar circunscrito à área de Mirandela cidade.

Relativamente ao regadio, esta é uma questão importante, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, finalmente arrancou com um estudo para o regadio, nós temos um Plano Municipal de Regadio, mas efetivamente a água não tem fronteiras e o Plano deve ser supramunicipal, como todos sabem, a água de abastecimento público de Mirandela vem fundamentalmente do Azibo, temos algumas captações próprias e está tudo muito explicado neste Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca, que foi aprovado em Reunião de Câmara e que julgo que seria interessante todos lerem e analisarem, porque explica muito bem quais são as nossas fragilidades, alguns pontos fortes, mas efetivamente um ano normal já é um ano difícil, um ano de seca como aquele que vivemos, a situação torna-se dramática para algum abastecimento público.

É depois temos outra questão, uma situação é o abastecimento público de água, outra situação é o regadio, o regadio faz parte, como sabem, de um eixo estratégico dentro do Ministério da Agricultura, esta questão de abastecimento da água faz parte do Ministério do Ambiente, e temos mesmo de fazer força para grandes investimentos na área do regadio, mas precisamos acima de tudo que sejam investimentos supramunicipais para que todos fiquemos a ganhar. Portanto, de um lado a agricultura, do outro o abastecimento público, muitas vezes regar para a agricultura com água tratada, é muito caro efetivamente e portanto, é uma das situações que mais nos preocupa, é esse uso de água.

Relativamente aos transportes públicos, de facto foi um concurso internacional, está para Visto do Tribunal de Contas e só em maio de 2023, já está adjudicado mas só em maio de 2023, é que é previsível iniciarmos com o Plano Estratégico para a CIM-TTM, que inclui os Municípios.

Relativamente ao transporte escolar, nós mantemos o transporte escolar, refeições escolares, tem um orçamento de 1 milhão de euros para a Câmara Municipal de Mirandela. Este ano com um agravamento por causa dos combustíveis e por causa do custo das matérias-primas, mas São Pedro Velho é servido como as outras Freguesias.

Quanto à praia fluvial de Ponte da Pedra, foi assinado ontem o contrato, finalmente foi adjudicada a praia fluvial e vai efetivamente arrancar, tal como a praia fluvial de Frechas e o Parque de Autocaravanas, que já foi falado aqui hoje.

Em relação à internet e à banda larga, obviamente que há um projeto do Governo para a execução, todos ouvimos dizer que o 5G é uma das prioridades e vão começar por áreas mais afastadas, esperemos que comece por aqui.

Em relação à prospeção do lítio, a Câmara Municipal não tem neste momento nenhum *feedback* dos resultados da prospeção, contudo, vamos junto da empresa, porque eles não reportam a nós, reportam à Direção Geral de Energia e Geologia, mas de qualquer forma vamos contactar a empresa, no sentido de obtermos algumas informações desta prospeção, dado que já passaram alguns meses.

Relativamente ao Dr. *José Mário Mesquita*, em relação à Comissão Permanente e em relação à intervenção do Senhor Deputado *José António Ferreira*, já abordamos esta questão, mas julgo que ainda haverá muito para dizer, ouvindo, sobretudo as populações que residem naqueles territórios, porque também é importante conhecer os residentes, a opinião deles, o que é que eles pensam, a Serra não é só deles, mas são eles que vivem lá e portanto, é importante ouvi-los e é importante que eles façam parte da solução e não estejamos a criar problemas, pelo menos julgo que têm esse direito de serem ouvidos, como estiveram presentes na Comissão Permanente, eles também têm o direito de falar.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, finalmente ficou concluído o parque infantil de Frechas, foi uma obra da Câmara Municipal de Mirandela e portanto, tudo está bem quando acaba bem, é verdade que a obra se arrastou por mais tempo do que aquilo que estava previsto, mas julgo que ficou uma excelente obra, que vai servir a população de Frechas.

Quanto ao Matadouro do Cachão, houve efetivamente a poda das árvores, foram os nossos Sapadores Florestais, a pedido do Conselho de Administração e os sobrantes foram retirados, deveria ter sido imediatamente, pelos trabalhadores do Matadouro, é uma questão que vamos avaliar.

Em relação à estrada de Vale da Sancha, ainda há bem pouco tempo passei lá, mas é uma questão que vamos reportar à Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais e pela informação que me deram é que está neste momento a ser executada, eles têm um calendário específico para fazer a limpeza das bermas e foi a informação que me deram, é que está neste momento a ser executada, por coincidência.

Relativamente à Marca Mirandela, Senhor Presidente, quando se levantam questões de ordem política ou de favores, é preciso saber do que é que estamos a falar, favor político não tenho, nem tenho com aqueles que diz, ou que põe a hipótese de que eu virei a ter, ou que eu já tive e portanto, aquilo que lhe posso dizer é que, optamos por uma solução profissional, de uma Marca com afirmação territorial e os custos iniciais, que estão disponíveis, são públicos, foram 17.500,00 €, para a projeção da Marca. Foi o primeiro contrato que foi assinado, é tudo público, os contratos são públicos e aquilo que lhe posso dizer nesta questão é que, optamos por *designers* reconhecidos, que tinham experiência em elaboração de Marcas, temos consciência que Mirandela pode beneficiar muito com o turismo e com uma Marca forte e foi isso que nós optamos por fazer.

Quanto à questão do Conselho de Administração da AIN e do MIC, dizer-lhe que o Conselho de Administração foi nomeado pelas duas Câmaras Municipais, a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor, contamos que venha à próxima Assembleia Municipal, depois de ir a Reunião de Câmara, um relatório sobre o ponto de situação das duas empresas intermunicipais e nessa altura poderemos avaliar o trabalho das pessoas, que foram entretanto designadas.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Mirandela *Luís Soares*, falamos novamente do parque Eólico e falamos também da habitação, todos nós sabemos que a par da água, mais importante que a água, que é o problema maior que temos, que é o abastecimento da água que temos e a chegada às populações, bem como o saneamento, que são infraestruturas básicas, a habitação, em particular na Freguesia de Mirandela é um dos problemas, o preço, o mercado de arrendamento, tudo aquilo que foi dito, nós concordamos em absoluto, julgo até que o facto de termos um Polo do IPB faz com que o arrendamento seja para jovens que estejam a estudar, o IPB como sabem, tem duas novas residências, uma delas no antigo Hotel Mira Tua e outra, uma nova unidade junto ao Polo do IPB e portanto, sendo a procura maior que a oferta, os preços disparam, mas é um problema real, que todos sabemos que existe, apesar de gostarmos muito de ter cá um Polo do IPB, sabemos, que em matéria de habitação a situação fica muito mais difícil, em particular para famílias com mais carências económicas.

A Estratégia Local de Habitação, é de facto um instrumento importante, mas tem levantado alguns problemas burocráticos administrativos para registo da casa, sempre que são beneficiários diretos da Estratégia Local de Habitação, os próprios Presidentes de Junta têm a noção de que nas suas Freguesias algumas pessoas carenciadas que são elegíveis, mas o registo da casa não está feito em nome delas e isso levanta um problema porque burocraticamente não conseguem candidatar-se ao Programa 1.º Direito, porque têm de ser proprietários da habitação.

A Câmara Municipal por outro lado, pode intervir em algumas habitações, alguns prédios devolutos, mas tem que adquirir os imóveis, por isso vem aqui à Assembleia Municipal um Edital, um concurso que a Câmara quer adquirir, conto com vocês para divulgar, era uma forma de nós conseguirmos recuperar e reabilitar algumas casas na zona histórica para habitação, renda acessível e habitação social e por outro lado reabilitar ali o centro histórico.

As taxas máximas de IMI, obviamente que têm de ser cobradas, até para incentivar as pessoas à venda dos imóveis degradados e também já falamos aqui no Parque de Autocaravanas, que tem sido muito falado, nós temos auto caravanas estacionadas pela cidade e portanto, ficam com um local onde podem esvaziar, está ligado ao saneamento, tem água, tem todas as condições sanitárias para que consigam estacionar a sua auto caravana.

AA  
AB  
JF

Relativamente ao documento entregue na Câmara Municipal, o Senhor Presidente de Junta e a Junta de Freguesia de Mirandela, colocou um conjunto de operações que gostava de ver realizadas e portanto até 2025, já com um calendário de intervenção, é uma questão que estamos a analisar, uma vez que chegou esta semana.

O Orçamento 2023, como sabemos, vai ser um orçamento difícil, como está a ser 2022, mas é uma questão que estamos a avaliar, na preparação que já estamos a fazer há alguns meses do Orçamento Municipal para 2023.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, voltamos a falar na questão das pinturas rupestres e do Parque Eólico, em relação à posição do Executivo e a atenção que devemos ter à Declaração de Impacte Ambiental é nossa obrigação, faz parte das obrigações da Câmara Municipal, mas não somos só nós, são todas as entidades que estão envolvidas nestes Pareceres que foram dados à Câmara Municipal. Esta pergunta que nos faz: “O que é que é melhor para Mirandela?”, de facto não podemos voltar atrás, não podemos regressar a 2008 e portanto, esta dedicação que todos temos a refletir sobre a posição dos aerogeradores, legalmente não tem nenhum impedimento. Foram cumpridas todas as regras relativamente à sua localização e portanto, é este o ponto de situação que podemos dizer. Nós próprios já tivemos reuniões com a empresa e foi sempre dito que se fosse hoje a decidirmos, a decisão poderia não ser a mesma, mas é uma questão da responsabilidade que todos temos a cumprir.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, julgo que já respondi à sua questão, também tinha a ver com o licenciamento do Parque Eólico.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *José Trovisco*, falou num momento político da Europa, da questão de acreditar no nosso futuro e da defesa do interesse coletivo, com os quais concordamos em absoluto, da pandemia e na guerra e que as pessoas estão sempre em primeiro, concordamos em absoluto e esta gestão camarária que deve ser reajustada aos tempos que vivemos, obviamente que o esforço que as famílias fazem para se adaptarem a novas exigências, quer com o crédito à habitação, quer com os produtos alimentares que estão a subir substancialmente e todos nós que vamos às compras sabemos a nível do cabaz alimentar e portanto, vamos ter um ano de 2023 muito difícil, o que obriga a todos, em particular os responsáveis políticos, de ter uma gestão muito rigorosa, muito cuidada, com determinados compromissos que têm de ter para, por um lado, diminuição da despesa e aumento da receita naquilo que pode ser, para podermos acolher a situação sociais mais complicadas, que podem evidentemente acontecer.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, Senhor Deputado, quanto à liberdade de expressão e à opinião crítica que cada um tem relativamente aos assuntos, a verdade é que as opiniões divergem muitas vezes e portanto, é natural e normal, o que é invulgar é que todos concordemos com as opiniões dos outros e portanto, o facto de dizer “que não se entendem”, ou “deixam-me perplexo”, não tem de ficar perplexo com a situação das pessoas terem opiniões diferentes, porque cada um tem a sua opinião individual, formada pela sua profissão, pela forma como vê a vida e o mundo e portanto, aquilo que nos parece a todos, deve ser respeitar as opiniões dos outros, as críticas e aprender com aquilo que foi mal feito no passado e de facto, o processo todo ele foi de uma forma ou de outra pouco acessível, pouco transparente, se assim o querem chamar.

Em relação à esplanada da Sacor, julgo que era esse o assunto que falou e se referiu, não quero de todo voltar ao passado, mas efetivamente este processo já foi aqui muito discutido no anterior mandato e também não foi um processo nada bem conduzido e portanto, acho que nesta questão da oportunidade política, como falou em relação às autocaravanas, não tem de todo razão, porque o processo da Sacor foi criado por uma situação ainda no anterior mandato PSD na gestão da Câmara Municipal.

Relativamente ao Fórum Internacional e é bom que fique claro que, nós temos um contrato assinado, a propósito do Projeto EscarpArte em que o Chefe do Consórcio, já o disse aqui, é o Laboratório Colaborativo Mor e o Fórum Internacional é da competência da Câmara Municipal de Mirandela, isso quer dizer que, nas atividades do próprio Consórcio tem uma atividade que é, comunicação e publicação dos resultados, participação em seminários, conferências e outras ações e a atividade nove, que é o desenho do Plano de Mitigação é uma responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela e portanto, é a Câmara Municipal de Mirandela que tem que desenhar tudo o que é a responsabilidade neste Contrato de Consórcio e portanto, é o Município que vai organizar este Fórum, até porque o Chefe do Consórcio, o Laboratório Colaborativo Mor já nos comunicou que é verdade, que é a Câmara Municipal de Mirandela que tem que desencadear estes Fóruns e vamos assumir aqui também as nossas responsabilidades.

Quanto à questão que colocou, se “participei em alguma votação sobre o Parque Eólico?”, bem, eu não estava cá em 2008, eu estive efetivamente como Vereadora da Oposição entre 2009 e 2013, em 2008, não estive no Executivo, de momento o que posso dizer se participei em alguma votação sobre o Parque Eólico, julgo que o contrato foi assinado antes de eu estar presente. Por coincidência em 2016, quando foi comunicado a Declaração de Interesse Municipal, também não estava no Executivo Municipal, porque entrei no final de 2017.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, dizer que, realmente o Conselho Municipal de Agricultura é um Conselho muito participado, onde todos os Conselheiros, desde instituições universitárias, a associações têm muito boa participação e portanto, acho que é um projeto conseguido, com muitas ideias sobre tudo o que tem a ver com atividades agrícolas, pecuárias, com uma grande participação nomeadamente, foi feito no último Conselho a apresentação do Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Matilde Machado*, obviamente que aquilo que destaco, é a medida estrutural de que falou, a gratuidade das creches, é uma medida que é sentida por muitas famílias e julgo que é a grande medida no apoio às famílias com crianças em idade de creche. Muitas vezes não damos importância a estas medidas, mas são uma realidade e este reforço do abono de família também é importante sobretudo, em situações como as que vivemos agora, de muitas dificuldades.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada *Daniela Rodrigues*, obviamente que o Conselho Municipal de Juventude é uma das nossas prioridades, tudo o que é a relação da juventude, ocupação, o desporto, a cultura portanto, um grande foco para a nossa juventude e felicitar também a sua intervenção.

É importante que todos os Senhores Deputados façam muitas vezes chegar esta informação das reuniões que existem dos Conselhos Municipais, entre cada uma das Sessões de Assembleia Municipal.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro* dizer que, relativamente à educação, eu concordo que a educação é um assunto prioritário, mas também muito delicado na forma como nós o abordamos. Existem várias situações que deturpam, às vezes, o que é o sucesso educativo e os *rankings* apenas fazem uma listagem sobre as escolas por notas que entram para o ensino superior,





e portanto, à data da publicação do *ranking* das escolas, o nosso Ministro da Educação veio dizer que, “não reconhece nos *rankings*, que são meras hierarquizações das escolas, um grande indicador sobre a qualidade do trabalho que se faz nas escolas” e por outro lado, eu estou a partilhar estas citações convosco porque me parecem importantes. Um investigador também português, na área da educação diz que: “a escola pública consegue capacitar mais para a resiliência e para uma certa flexibilidade cultural, que um estudante do ensino privado não leva.” Portanto, há aqui duas situações de abordagem diferente, a esta questão dos *rankings*, porque o *ranking* em si só avalia a hierarquização das notas, enquanto que o Ministério da Educação tem 56 indicadores para avaliação da qualidade das escolas, um dos quais a equidade, a equidade que permite avaliar a qualidade do trabalho das escolas e não apenas pelos resultados finais absolutos.

Esta é uma temática importante, é uma temática que temos de avaliar, que analisar, que todos os professores, toda a comunidade educativa, encarregados de educação, pais, estão sinceramente envolvidos, eu julgo que, todos os professores, todos os auxiliares da ação educativa, todos aqueles que trabalham nas escolas fazem o seu melhor diariamente, trabalhar mais em projetos educativos, ser mais focados nas próprias realidades socioeconómicas que temos no nosso concelho, também é importante.

Agradeço desde já a todos eles pelo trabalho que fazem diariamente nas escolas, porque sem eles era impossível ter uma educação de qualidade, todos nós, ou grande parte de nós estudaram nas nossas escolas e também o nosso sucesso não é só a nota de entrada no ensino superior, nós temos casos de pessoas de sucesso que nem chegam a fazer o ensino superior, mas são pessoas formadas, capazes e que contribuem para que tenhamos uma sociedade melhor e muitos de vocês, ou a grande maioria, ou todos nós fazemos isso diariamente e aqui também na Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora presidente, eu não posso deixar de fazer este pequeno comentário à sua pequena intervenção que fez em relação à questão das eólicas, quando a Senhora Presidente fala em compromisso e que temos de ser todos responsáveis, sobre um compromisso que foi assumido em 2008, Senhora Presidente eu não posso deixar de dizer que os responsáveis só podem ser aqueles que tomam decisões com conhecimento, portanto, se há aqui alguém que tem de ser responsável e que tem de ser responsabilizado pela situação em que estamos, é o Partido Socialista, é o PSD e é o CDS/PP, e independentemente de estarmos a por em causa quem esteve para votar ou quem não esteve, foram Partidos Políticos que estiveram nessa questão e votaram a favor desta implementação das eólicas, o que não está em causa.

Senhora Presidente, quando diz que: “temos de assumir os compromissos”, a Senhora Presidente passou uma licença de instalação ao Parque Eólico, no seu mandato em 2020 e eu só posso aceitar que seja responsabilizado por isso, se tivesse sido trazida a esta Assembleia Municipal a votação de que a Câmara Municipal vai passar a licença de utilização daquele espaço e a Senhora Presidente agora podia dizer assim: “somos todos responsáveis, votamos”, então cada um que assuma as suas responsabilidades e não vamos por todos no mesmo barco, quando a Senhora Presidente diz que: “não é possível parar o processo”, é possível Senhora Presidente, é possível e eu vou-lhe explicar porquê. Porque a partir do momento em que há uma transferência de concessão de uma empresa para outra, a Senhora Presidente podia negociar outras contrapartidas e eu vou-lhe dizer porquê, porque é que é 1.300.000,00 € e não são 2.000.000,00€? Ou 2.500.000,00 €? A questão que se põe, quando diz que a Câmara Municipal vai receber 2,5 % da faturação total do que aquela empresa vai faturar, estamos a falar em cerca de 150 mil euros por ano, que a produção das eólicas vai dar à Câmara Municipal de Mirandela, cerca de 12 mil, a 15 mil a 20 mil euros que aquela empresa vai dar ao Conselho de Baldios.

Portanto, Senhora Presidente a responsabilidade é de quem toma decisões com conhecimento de causa, a CDU e o PCP não podem estar incluídos nesta sua responsabilidade e neste branqueamento de responsabilidades. A responsabilidade da atribuição, custe a quem custar, é do Partido Socialista, à do seu Executivo, é dos Vereadores do PSD e é dos Vereadores do CDS/PP à altura, quando foi atribuída a licença em 2020 a esta empresa, foi o Partido Socialista, o seu Executivo e os três Vereadores do PSD, que votaram a favor.

Não me ponha a mim na mesma questão, nem o meu Partido.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu percebi que em 2020, com esta nova assinatura por parte da Senhora Presidente da Câmara e na qual não trouxe aqui à Assembleia Municipal, o PSD ficou branqueado, porque assumo as minhas votações no passado, até porque já estou aqui há vários mandatos, com base na informação que existia à data. A grande questão agora é que o Projeto EscarpArte alterou significativamente toda a informação disponível e está a chocar com aquilo que votamos no passado, com aquilo que é hoje a realidade e com aquilo que sabemos hoje em relação à Serra dos Passos e todo o seu potencial que tem. Este Projeto financiado pela Câmara Municipal de Mirandela, modificou completamente a opinião que tínhamos sobre a riqueza daquela Serra, que ali esteve sempre abandonada, pouco ou nada fizeram por ela, mas que pelos vistos agora confere alguma riqueza a este concelho e porventura colocará o concelho de Mirandela e o Nordeste Transmontano no mapa de forma mais vinculada.

Senhora Presidente, quando fala em responsabilidade, eu vou-lhe falar em credibilidade, que é o bem maior que um político deve ter, credibilidade, não há maneira de como perder a credibilidade, ela perde-se de qualquer maneira, mas ela termina quando muitos dos políticos nas suas redes sociais, já nem aqueles que os acompanharam e que eram amigos lhe colocam gostos, aí é que é o fim completo de tudo isto.

Senhora Presidente da Câmara, outra coisa, aquilo que eu verifico no meio deste processo todo, quando a Senhora Presidente da Câmara diz que está tudo legal, também estava tudo legal em Foz Côa, depois da vitória de *António Guterres*, tirou de lá a EDP e colocou lá o Parque do Vale do Côa, nós sabemos perfeitamente o que é que isto vale e tanto quanto sei, a legalidade deste processo todo, foi que as entidades emitiram Pareceres, sem conhecerem a verdadeira realidade do que ali está. O PDM de 2015, nada diz, quando já havia documentos classificados, quer dizer que as entidades não se reuniram para passar informação classificada, ao ponto de reverem os seus documentos, isto é que é grave. Só pode ser na Função Pública porventura, em que na Revisão do PDM nada diz sobre a Serra dos Passos, claro que não diz, porque não foi feita a seriação de todos os documentos



existentes à data e isto é que é grave e coloca-nos nesta situação. Portanto, Senhora Presidente eu não sei se são as gravuras, se é o Parque Eólico que deve ser lá instalado, com toda a pompa e circunstância e que produza os melhores resultados para o concelho de Mirandela e para a sua população.

Só sei é que hoje, ouvi das suas palavras que não negou notícia pública do seu Gabinete, que vai iniciar a obra porque está tudo legal, portanto, Senhora Presidente se nos pede responsabilidade, eu peço-lhe credibilidade no meio deste processo todo e outra coisa, que já agora aproveito para falar, se voltamos a discutir aqui este assunto na Assembleia Municipal, não é o Deputado A, B, ou C, que vai colocar carimbos ou comprovativos em documentos oficiais, eu para tomar uma decisão credível, tem de vir aqui os Técnicos, têm de vir documentos escritos, para nós avaliarmos definitivamente o que é o melhor para a Serra dos Passos, porque hoje eu ouvi aqui uma excelente intervenção do nosso Deputado e amigo *José António Ferreira*, mas não apresentou qualquer documento comprovativo, nem nenhuma entidade certificadora, ele pode dizer isto hoje, porque eu sei que ele tem esta informação e é um dedicado à causa, mas pode daqui a uns dias vir outra entidade e não dizer nada disto e ficamos aqui todos altamente comprometidos.

Este processo é demasiado complexo, vejo aqui o ludibriar, ignorar até uma Petição pública, o poder político está a ignorar uma petição pública, se é que é credível ou não, espero que sim, eu acho que sim, mas toda esta decisão carece de documentos altamente comprovados e tenham selos de instituições públicas, que validem toda a riqueza ali instalada, sob pena de estarmos aqui a decidir e continuarmos a votar como votamos no passado.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao licenciamento, volto a referir que, a licença não é votada na Câmara Municipal, nem na Assembleia Municipal e por isso aquilo que posso dizer é que, todos os documentos e todos os processos de licenciamento têm, análise técnica, Parecer técnico e quem é chamada para dar Parecer são as entidades envolvidas e por isso, as entidades envolvidas não são os Órgãos Autárquicos, são outras instituições, da cultura, do ambiente, a quem foi solicitado o Parecer, sendo o Parecer favorável e não havendo impedimentos dos instrumentos de gestão territorial, a Câmara Municipal emite um parecer favorável, é essa a questão, eu acho que isso ficou claro que, o licenciamento, o procedimento de licenciamento destas situações, são da responsabilidade e da competência da Divisão, dos Técnicos da Divisão e com o Parecer técnico do Chefe de Divisão de Obras Municipais e Urbanismo.

Relativamente à questão do PS e do seu Executivo, Senhor Deputado *Jorge Humberto Fernandes*, a questão resume-se a isto e eu chamo a atenção que é muito popular e é muito fácil irmos sempre por caminhos a direito, mas muitas vezes quem tem a responsabilidade de assumir as decisões que a Câmara tomou, temos de ser concretos e racionais e portanto, foi isso que eu quis dizer da responsabilidade, foi essa a marca que eu chamei a atenção de todos. Obviamente que se perguntássemos a todos os Senhores Deputado Municipais, ou à população em geral se queríamos ter aerogeradores, ou não queríamos ter aerogeradores, todas as pessoas preferiam não ter, mas aqui e em qualquer lado, eu arrisco-me a dizer do mundo, temos aqui bem perto o parque de aerogeradores com bem mais em Vila Pouca de Aguiar, temos aqui em Bornes, esta discussão surgiu há muitos anos atrás, quando optamos por colocar um aterro sanitário e esta comparação pode não ser 100 % real, mas aconteceu aqui na nossa Assembleia Municipal, o aterro sanitário de Urjais, ninguém queria ficar com os resíduos urbanos, foi Mirandela e Vila Flor, porque fica ali entre os dois concelhos, que decidiram, optaram por colocar lá os resíduos de muitos Municípios, dos 13 Municípios do nosso distrito, porque ninguém gosta de um caixote do lixo, de uma estrada, perguntem à população de Lamas de Orelhão se a A4 não tem impacto, claro que tem. Qualquer pessoa que vive perto de uma autoestrada, tem impacto na vida das pessoas, tem ruído e portanto, ninguém quer ter estas infraestruturas, que são infraestruturas públicas, ou de tratamento de resíduos, ou de ETAR'S, ou de produção energética, perto das suas habitações, obviamente que não, até um simples caixote do lixo, toda a gente quer ter perto, mas não à frente, como é óbvio.

Eu só estou a dar estes exemplos, porque também é preciso ver o outro lado, mas todos nós gostamos de chegar a casa e acender a luz e ter aquecimento, nós próprios aqui estamos a usar fontes de energia, eu só estou a chamar a atenção à razão. Se a decisão fosse hoje talvez não fosse essa a decisão e havia um reflexo sobre isso. Mas de facto eu entendo que há protagonistas, que se viraram agora para a Serra dos Passos, porque a Serra dos Passos/Serra de Santa Comba esteve, há pouco o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou nisso, esteve abandonada durante muitos anos, teve inclusivamente um incêndio. Então o facto de termos incêndios não é mais prejudicial para a própria Serra, do que outra qualquer infraestrutura? Nós temos lá antenas elétricas, já temos neste momento.

Vou continuar a falar também, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não são gravuras, são pinturas e a questão de credibilidade e das questões das redes sociais, eu não contabilizo os números de gostos, não sei se o Senhor Deputado faz essa contabilidade, mas a nossa contabilidade é muito mais de contas públicas e de outras situações que dizem respeito à vida pública.

Relativamente ao PDM, a verdade é que diz e na DIA também diz, na Declaração de Impacte Ambiental não sei se todos leram, a Declaração de Impacte Ambiental tem muitas condicionantes e muitas restrições áquilo que é o património arqueológico da Serra e portanto, aquilo que nós temos que garantir é que a Declaração de Impacte Ambiental vai ser cumprida.

A obra, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não é da Câmara Municipal, a Câmara Municipal teve intervenção no licenciamento, mas a concessão é do Estado português.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, sabe que eu não sou o novo protagonista. Tento desempenhar com maior lealdade possível e com grande seriedade as funções para o qual fui eleito, mas não sou o grande protagonista. Deixei isso para outros. Esperamos que sejam capazes.

Senhora Presidente da Câmara, este documento sei que não é a Senhora Presidente da Câmara que o redigiu, mas confesso que tem aqui informação relevante, com certeza, mas tem outra que “Valha-me Deus”.

“Reunião Jat-Tua, em Mirandela”, “Reunião via zoom - CTE”, “Reunião PIICIE”. Isto não é informação, Senhora Presidente.

“AEC’s”. As AEC’s já estão a funcionar, Senhora Presidente? O ano começou bem, com regularidade naquilo que tem a ver com a Câmara Municipal? Sei que o esforço é enorme, até porque tem obras no parque escolar. As AEC’s já começaram, Senhora Presidente da Câmara?

“Reunião com os ATL’s”. Depois, deixe-me ver. “Seminário Eixo Atlântico - Sarria”. É inconsequente, Senhora Presidente.

Olhe, sabe uma coisa, Senhora Presidente? Acho que a Senhora Presidente não presidiu nada, porque não aparece aqui o seu nome em lado nenhum. Já nem sei se é uma Chefe de Divisão, se é um Diretor de Departamento, se é um Senhor Vereador ou se é a nossa Presidente de Câmara, ao mais alto nível.

Adiante Senhora Presidente da Câmara, tem que haver relevância política, sob pena de ser uma comunicação que foram copiar a uma agenda de uma Divisão da Câmara Municipal e transportam para aqui. Tem que haver informação política, Senhora Presidente. Até, se for o caso, para a elogiarmos, sob pena de desconfiarmos disto tudo que aqui anda.

Olhe, Ministros então é que não vêm mesmo a Mirandela. Não está aqui nenhum. Nem Secretários de Estado. A de Bragança só cá veio uma vez e escondida.

Senhora Presidente da Câmara, use as suas funções de membro do secretariado nacional do PS para termos boas notícias a favor do desenvolvimento do concelho de Mirandela. Está bem?

É isto que eu posso dizer nesta forma breve e confesso que nem queria ser protagonista desta intervenção.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a intervenção. A informação escrita da Presidente da Câmara Municipal é uma informação que tentamos ser o mais transparente possível das múltiplas atividades em que estamos envolvidos. Pode haver informação a mais, nós nunca julgamos que a informação seja a mais. Em questões de lealdade, a minha lealdade é com os mirandelenses e, por isso, aquilo que lhe posso dizer é que o mais alto nível está em todas as escalas da Câmara Municipal, dos trabalhadores operacionais a todas as pessoas que trabalham na Câmara Municipal.

Por isso, não é pelo facto de eu estar que são importantes as reuniões, é pelo facto de a Câmara Municipal participar em reuniões nacionais e até com repercussão aqui junto do Eixo Atlântico que é uma representação importante.

Relativamente às visitas dos Senhores Ministros e dos Senhores Secretários de Estado, não sei se o Deputado *Paulo Pinto* tem sentido a falta. Não sei, não entendo porque é que faz essa referência. Obviamente que os Ministros e os Secretários de Estado vêm sempre que são convidados ou que têm agenda para tal. Portanto, a agenda deles e a agenda da Câmara Municipal de Mirandela tem que ser compatível para a sua visita.

Preocupa-me, sim, é a execução dos fundos comunitários, o bem-estar das populações nas Freguesias, ter verbas financeiras para que possamos concluir projetos e, acima de tudo, Senhor Deputado, não é o secretariado nacional do Partido Socialista que vai resolver os problemas de Mirandela. Quem vai resolver os problemas de Mirandela são os mirandelenses e todos nós que trabalhamos diariamente para resolver os problemas, porque, Senhor Deputado, como sabe, todas as autarquias são autarquias eleitas e, como eleitas, o que é para Mirandela é para todas as outras autarquias. Como em relação às Juntas de Freguesia, tudo o que é conforme as necessidades óbvias de cada Junta de Freguesia, a partir do momento que um Presidente de Junta é eleito é um Presidente de Junta, não tem que ser eleito pelo PS ou eleito pelo PSD, são eleitos locais.

Portanto, Senhor Deputado, isso era o que existia no tempo em que o executivo era PSD. Neste momento, não existe essa diferenciação e acredite que não é por aí que a Câmara Municipal e o Município de Mirandela se desenvolvem. É pela capacidade, pela competência de todos aqueles que contribuem diariamente para que este concelho se desenvolva, desde os empresários aos nossos trabalhadores, a toda a vida ativa que temos em Mirandela.

#### **4.2 - Proposta de Autorização para a reabertura do procedimento para a concessão do direito de exploração do Quiosque do Parque do Império, do Quiosque do Tanque e do Bar Ribeiras.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 25/08/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que esta autorize, a abertura do respetivo Concurso Público, celebração posterior dos correspondentes contratos de concessão do direito de exploração do Quiosque do Parque do Império, do Quiosque do Tanque e do Bar Ribeiras, aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo, conforme proposto.”**

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do respetivo Concurso Público, celebração posterior dos correspondentes contratos de concessão do direito**

de exploração do Quiosque do Parque do Império, do Quiosque do Tanque e do Bar Ribeiras, aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo.

#### **4.3 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2022.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/09/2022, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.  
Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2022.

#### **4.4 - Proposta de Regulamento para a Atribuição da Classificação de Interesse Municipal do Património Cultural Imaterial do Concelho de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/09/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento para a Atribuição da Classificação de Interesse Municipal do Património Cultural Imaterial do Concelho de Mirandela, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento para a Atribuição da Classificação de Interesse Municipal do Património Cultural Imaterial do Concelho de Mirandela.

#### **4.5 - Proposta de Regulamento de Atribuição de Apoios a Associações e Coletividades Sem Fins Lucrativos do Município de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/09/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento de Atribuição de Apoios a Associações e Coletividades Sem Fins Lucrativos do Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Atribuição de Apoios a Associações e Coletividades Sem Fins Lucrativos do Município de Mirandela.

#### **4.6 - Proposta de Regulamento do Programa Cheque Veterinário do Município de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/09/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento do Programa Cheque Veterinário do Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Duas questões que tenho que levantar em relação a esta proposta de Regulamento e que não fere, acho, o interesse de toda a população de Mirandela, principalmente aquelas pessoas que têm os seus animais de companhia. Isso, obviamente, não nos levanta qualquer tipo de objeção, independentemente de não sermos do PAN, mas percebemos o apoio que vai ser dado a estas famílias, principalmente na questão da esterilização.

Aquilo que me levanta alguma dúvida é: sendo este protocolo assinado com a Ordem dos Veterinários, queria fazer uma pergunta muito direta à Senhora Presidente que tem a ver com o outro apoio que foi protocolado com os produtores de animais. Como a Senhora Presidente sabe, os pequenos produtores do nosso concelho que têm animais, não são animais de companhia, estamos a falar em rebanhos de cabras, de ovelhas e animais de grande porte, como sejam as vacas. Há um protocolo assinado e foi discutido numa Assembleia Municipal, se não estou em erro foi no anterior mandato, no INATEL, que tinha a ver exatamente com o apoio camarário também à vacinação destes animais e aos produtores de animais.

Foi-nos dado ao conhecimento que em janeiro do ano passado foram vacinados os animais e que havia o compromisso da Câmara Municipal pagar também estas vacinas às associações de produtores de animais. O que é facto é que até hoje qualquer tipo de produtor de animal não recebeu qualquer tipo de compensação ou de apoio a essa vacinação.

Gostava de saber da Senhora Presidente o que é que está a dificultar este pagamento ou se aquele protocolo que foi assinado para este ano de 2021 já não tem funcionalidade ou não tem, digamos, execução orçamental para ser dado esse apoio aos pequenos produtores de animais, aos nossos agricultores. Por bem, estamos a pagar a pessoas que têm animais de companhia, se não está em vigor já esse protocolo, devia ser assinado para dar apoio aos nossos pequenos produtores de animais, porque também têm obrigatoriamente que vacinar os seus animais no início de cada ano, em janeiro, e estamos a falar em valores com alguma representação económica e devido ao facto da deficiência económica que os nossos produtores de animais têm, gostava de saber qual é a intenção da Câmara Municipal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer a questão que foi colocada. No entanto, não tem relação direta com o cheque veterinário. Esta Proposta de Regulamento do Programa Cheque Veterinário do Município de Mirandela tem a ver com os apoios a detentores de animais de companhia que se encontram em situação de carência económica. Os montantes são fixados pela Ordem dos Médicos Veterinários. Sabemos que as questões relacionadas com a carência económica dos agregados familiares também leva a que os animais não tenham acesso a este tipo de tratamentos. A prova de rendimentos vai ser feita através do seu rendimento e o cálculo consta aqui da proposta. A instrução do pedido de pagamento tem que ser feita também no serviço de ação social e, portanto, é uma medida social importante que tem dois grandes aspetos - a questão social e a questão da saúde animal.

Relativamente ao Regulamento de Apoio aos Produtores Pecuários do Município de Mirandela, não é um protocolo, é um regulamento, que foi aprovado, tem as condições de elegibilidade. Nós não pagamos a vacinação às associações de produtores, às organizações de produtores pecuários. O apoio é aos detentores dos animais. Portanto, eles têm que fazer um pedido, sabem quais são as regras que devem cumprir e são os Serviços de Veterinária que estão a gerir todos estes processos.

Este regulamento está em vigor. Todos os detentores têm que ir à Câmara Municipal fazer o seu processo de candidatura para terem estes apoios. Este ano tínhamos 20 mil euros para apoiar, contrapartida nacional que não é apoiada pelo Estado e podemos eventualmente enviar para o Senhor Presidente da Assembleia para encaminhar para o Senhor Deputado o número de pessoas que se candidataram, que eram elegíveis a este regulamento.

Na altura foi feita uma divulgação pelas organizações de produtores, aliás, esta iniciativa partiu das organizações de produtores. Nós acolhemos. Esta é uma questão que já foi debatida no Conselho Municipal de Agricultura, do qual julgo que o Senhor Deputado faz parte, mas julgo que não pode estar presente, porque também a apicultura tem o objetivo de entrar neste regulamento. Ainda não entrou, é uma questão sob o ponto de vista financeiro que tem que ser avaliada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa por saber que não é um protocolo, já existe um regulamento, mas aquilo que eu perguntei, Senhora Presidente, é porque é que estão em pagamento os atrasos às pessoas que já estão referenciadas e estão inscritas na Câmara Municipal. O que eu lhe perguntei foi exatamente porque é que a Câmara Municipal ainda não fez o pagamento a estes pequenos produtores daquilo que está contratualizado, obviamente, correspondendo às exigências e aos regulamentos que obrigam esses produtores a ter. Agora, os que estão identificados, que eu não sei qual é o número, mas o que eu sei é que ainda não foi paga essa compensação.

Gostava de saber porquê e porque é que ainda não foi pago.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que, em resposta a essa questão, todos os pagamentos são feitos sempre que o processo é instruído. Os Serviços de Veterinária, com uma informação, enviam para os Serviços da Contabilidade dizendo que cumprem todos os requisitos de elegibilidade no regulamento e aí é feito o pagamento.

Neste momento, não lhe sei precisar o número de processos que entraram e os valores das informações que foram pagas, mediante os processos que entraram no Gabinete de Apoio ao Município.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Programa Cheque Veterinário do Município de Mirandela.

**4.7 - Proposta de “Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação nº 01/CO2-i01/2021-Componente 02- Habitação.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/09/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal de Mirandela, a aprovação do Programa de Procedimento de oferta pública de aquisição de imóveis para implementação de projetos no âmbito do investimento re-c02-i01 - programa de

**apoio ao acesso à habitação - aviso de publicitação n.º 01/co2-i01/2021 - componente 02 – habitação, conforme proposto.”**

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Programa de Procedimento de oferta pública de aquisição de imóveis para implementação de projetos no âmbito do investimento re-c02-i01 - programa de apoio ao acesso à habitação - aviso de publicitação n.º 01/co2-i01/2021 - componente 02 – habitação.

#### **4.8 - Concurso Público para a Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público, para a Exploração de Um (1) Posto de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos, na Rua D da Zona Industrial Norte de Mirandela - Autorização para a abertura do procedimento.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/09/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, para que esta autorize, a abertura do respetivo Concurso Público, celebração posterior dos correspondentes contratos de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público, para a Exploração de um (1) Posto de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos, na Rua D da Zona Industrial Norte de Mirandela, aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo constantes das peças do procedimento, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do respetivo Concurso Público, celebração posterior dos correspondentes contratos de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público, para a Exploração de um (1) Posto de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos, na Rua D da Zona Industrial Norte de Mirandela, aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo constantes das peças do procedimento.

## **Outros Assuntos de Interesse para o Município**

### **5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entreguei um documento na Mesa, será tratado no final da Assembleia Municipal, é isso? Muito obrigado.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho manifestar o mais profundo agrado pelo facto de, finalmente, as sessões de Assembleia Municipal estarem a ser transmitidas em direto para os nossos concidadãos, permitindo que possam assistir aos trabalhos deste órgão deliberativo, onde são debatidos e decididos importantes aspetos da vida coletiva do Município.

Tenho conhecimento que um nosso amigo está a assistir a partir do Brasil.

Senhor Presidente, permita-me que me dirija à Senhora Presidente da Câmara e ao executivo.

Senhora Presidente, faço um apelo como cidadão e como munícipe para que as Reuniões de Câmara passem também a ser transmitidas da mesma forma de modo a que possamos assistir igualmente aos trabalhos do órgão executivo, uma vez que o horário em que decorrem é incompatível para quem está no ativo em termos laborais. Pessoalmente, só posso assistir quando estou de férias. Eu e certamente muitos outros munícipes gostaríamos de ter essa possibilidade, considerando que é muito diferente ler um texto numa Ata ou assistir às expressões de viva voz dos intervenientes.

Sobretudo, considero de grande importância poder assistir ao tom de voz com que se fazem certas afirmações, à falta de lisura, para não dizer mesmo falta de cortesia e polidez a que, julgo, todos devemos sentir-nos obrigados quando nos dirigimos à respeitável figura institucional que é a Senhora Presidente da Câmara Municipal, mui dignamente eleita pela maioria dos mirandelenses. Não é a Dr.<sup>a</sup> *Júlia Rodrigues*, nem a nossa amiga ou colega de escola, é a nossa mais alta representante

Por isso, e porque considero deveras importante podermos assistir aos debates e decisões que dizem respeito à vida de todos nós, reitero este meu pedido.

Muito obrigado pela sua atenção Senhora Presidente e Senhor Presidente.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MESQUITA* (CDS/PP) disse:



Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho aqui só lembrar, e porque isto é um assunto de interesse municipal, que sempre vai haver eleições em Mascarenhas, no próximo dia 06 de novembro. Ou seja, aquilo que aparentemente estava bem, a Oposição tinha razão, não estava bem e, por isso, o Ministério da Administração Interna resolve determinar eleições antecipadas no dia 06 de novembro.

O que é lamentável é que, por esquecimento ou incompetência de alguém, o pedido de renúncia do candidato do CDS, *Luís Amorim*, não tenha chegado ao Ministério da Administração Interna e ele tenha sido designado para a Comissão Administrativa que foi designada para a gestão da Freguesia até ao dia das eleições.

Senhora Presidente, isto é efetivamente a razão que a Oposição tinha de que, na verdade, as coisas teriam que ter sido feitas de outra maneira.

E, por outro lado, venho só dizer-lhe o seguinte e peço desculpa por isto, porque não o devia fazer, mas se eventualmente for convidada para ir no dia das eleições visitar a Freguesia de Mascarenhas, não deixe de ir, será sempre bem-vinda, mas, se isso acontecer, pense duas vezes.

Muito obrigado.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro *ILDA FERNANDES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós tivemos a Feira do Figo, foi a VII Feira do Figo, em que foi a primeira vez que a fiz. Após muita turbulência, desde o pedido de financiamento em que não tivemos nada, conseguimos só obter bens materiais, ao qual eu agradeço à Câmara, aos colaboradores da Câmara, à *DESTAQUE*, que apoiou muito e principalmente à *Dr.ª Júlia Rodrigues*. Também lhe quero agradecer por ter participado no concurso das melhores sobremesas do figo, também ao *Dr. Vítor* que também esteve lá.

Era só isto que queria, agradecer. No fundo, correu tudo bem, foi uma boa participação e espero que para o ano seja igual ou melhor.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, tenho aqui umas pequenas observações

Não posso deixar de, na minha pessoa e no meu Partido, nos congratular com a transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal e também solidarizar-me com aquilo que foi proposto pelo Senhor Deputado *Agostinho Beça*, em que as Reuniões da Câmara Municipal também fossem objeto do mesmo tratamento com a transmissão *online* das ditas reuniões.

Posto isso, Senhora Presidente, tenho aqui umas questões para lhe colocar, porque realmente transcendem um pouco aquilo que deve ser o comportamento duma entidade pública que é a Câmara Municipal.

Senhora Presidente, o campo de ténis que está por trás do Continente que foi, digamos, um pedido naquilo que era o orçamento participativo, e bem, inicialmente era para serem construídos três campos, acreditamos que não tenha havido verba para tal, fez-se um campo. O que é o mais engraçado? Tivemos conhecimento que quem faz, aliás, não se pode fazer a gestão de um equipamento público da maneira como a Câmara Municipal o está a fazer. Ou seja, foi criado um grupo no *WhatsApp*, que são “Os Donos da Chave”. Ou seja, eu se quiser ir jogar ténis com um amigo meu naquele campo, naquele recinto público, tenho que aderir a um grupo no *WhatsApp* que são “Os Donos da Chave” e dizer: “Eu preciso da chave para as x horas para ir jogar ténis.”

Senhora Presidente, isto não é digno de como se deve fazer a gestão do bem público. Aquilo que deve ser é a Câmara Municipal ter um funcionário, vou dizer um colaborador? Não. O colaborador são “Os Donos da Chave”, porque não são remunerados por tal. Isto é que são colaboradores. Portanto, tem que haver um trabalhador, com acesso àquele espaço, que faça a atribuição da chave mediante requisição e inscrição prévia.

Portanto, não são “Os Donos da Chave”, como também não pode haver ou como não houve, ou como havia a pretensão de ser, “Os Donos Disto Tudo”. Não pode haver um grupo no *WhatsApp*, “Os Donos da Chave”, tem que haver um trabalhador da Câmara, pago para tal, que faça cumprir aquilo que são os regulamentos de utilização de um bem público. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Senhora Presidente, obviamente que tem também a ver com a sua gestão e tem a ver com o Agrupamento de Escolas de Torre de Dona Chama.

Agora aqui faço um parêntesis, porque sei que tem assento na Reunião de Câmara uma Vereadora que é de Torre de Dona Chama, pelo PSD, a Senhora Vereadora *Nélia*, que fazendo parte daquela Vila nunca tenha manifestado qualquer tipo de preocupação acerca do que se está a passar naquele agrupamento de escolas. Foi-nos dito, e já não é deste ano, já vem do ano transato, que a partir das 15 horas até às 17h30 min onde devia provavelmente existir um professor das AEC's, que não há, portanto, não há um horário específico para aquele tempo de um professor. Mas mais grave. Também não existe nenhum técnico auxiliar de educação, que agora assim se chama, o chamado “contínuo” no meu tempo de escola, que estes alunos não tendo um professor para dar aulas, ficam ali ao “Deus dará”. E fica o mais grave. É que ontem tivemos conhecimento que exatamente nesse período de horário houve uma situação em que um miúdo foi parar ao hospital por *bullying*.

Não sei se a Senhora Presidente sabe e nem sei se a Senhora Vereadora de Torre de Dona Chama, que foi eleita pelo PSD, tem conhecimento disto. Mas também sabemos que, sendo a Senhora Vereadora de Torre de Dona Chama e tendo conhecimento destas faltas de oportunidade, tenha tido uma postura, quer nas Reuniões de Câmara de um absoluto silêncio, como também retirou os seus filhos da escola e trouxe-os para Mirandela exatamente para não criar ou para os seus filhos não estarem nessa posição.

Portanto, aquilo que lhe pedia, e mais concretamente Senhora Presidente, é porque é que ainda falta uma professora de AEC's naquela escola e, não havendo professor, porque é que não têm lá um auxiliar de educação que faça exatamente aquilo que devia fazer o professor, que era tomar conta daqueles meninos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou dar continuidade à minha intervenção do Período de Antes da Ordem do Dia que interrompi por falta de tempo e dar sequência neste ponto.

Por um lado, foi bom terem interrompido, porque isto permitiu-me melhorar a minha intervenção e acrescentar algumas considerações, muito em particular uma que decorreu aqui com o meu antepenúltimo sucessor que falou e eu vou lembrar.

Eu, na minha primeira parte, falava: “Esta Oposição também espera, mas não acredita. Está impaciente, intranquila, sem fé, por vezes (infelizmente já muitas) com alguma falta de respeito.” E agora, pelos vistos, com atitudes ameaçadoras.

Falei em agravantes, que já estão registadas, e a próxima que eu vou falar tem a ver com a dúvida minha quanto à organização funcional de um *staff* camarário que está exausto, invocando razões várias e que, porventura, emperram os processos e tornam a máquina camarária menos eficiente.

Será assim Senhora Presidente?

E o que fazer então, quando uma Oposição persiste em não acreditar?

Avanço aqui com duas opções:

- Ou recomendar-lhe uma reflexão profunda;
- Ou mostrar-lhe que “Mirandela não para e acredita”.

Optando por esta última, e apelando ao meu sentido de visão desinteressada da coisa material, direi, retoricamente, o seguinte:

- Um desígnio maior está para além do nosso interesse minimalista de engrandecimento e afirmação pessoal: Esta é a nossa missão;
- Um desígnio maior se sobrepõe ao nosso papel de figurante efémero num contexto de servir o outro: Esta é a nossa ação;
- Um desígnio menor advém da nossa tentativa de ser ator sem palco: Esta será, porventura, a nossa ausência.

Traduzindo:

- Temos uma missão a cumprir, a qual nos foi conferida incondicionalmente pelo povo e temos em vista as pessoas acima de tudo;
- Temos agido em conformidade, enquadrados pelas condicionantes mencionadas, mas que a Oposição persiste em não acreditar e tudo fazer para colocar em causa e sem efeito a obra realizada;
- Não estamos ausentes. Uma olhada no portal da autarquia elucida-nos sobre a ação de projeto desenvolvida, que excluí aqui, obviamente, projetos extracomunitários. A lista é extensa, vai ser publicada, mas quero lembrar aqui, por exemplo, a ampliação da Zona Industrial, a criação de vários troços de rede ciclável e pedonal, a Escola Básica Luciano Cordeiro, interface da estação ferroviária, interface multimodal da cidade de Mirandela, a reabilitação da estação ferroviária, a remodelação e requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro, a Central de Camionagem, etc.

Não estamos ausentes. Muito recentemente o Município teve ação ao apoiar ou organizar:

- A semana europeia do desporto, que incluiu a natação, o basquetebol, o xadrez.
- A semana europeia da mobilidade.
- Etc.

Não estamos ausentes. Uma breve reflexão e lembramos também:

- A de *kits* alimentares e de higiene;
- Bolsas de Estudo do Ensino Superior;
- Os caretos da Torre e as suas legítimas aspirações a classificação patrimonial;
- Balcão Móvel;
- Intervenção no XXX Mercado Medieval em Lamas de Orelhão;
- A vindima e lagarada rupestre em Vale de Telhas;
- Festa da Serra e Feira de Produtos Regionais de Passos;
- Feira do Queijo e do Mel, União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira,
- Open de Xadrez;
- Etc.

Face ao exposto e por último, perguntar:

Quanto à missão:

- Será correto invocar pretextos substanciáveis e dizer que a Câmara não tem cumprido a sua missão? Quando um simples gesto de carinho e amor pelo munícipe tem toda a substancialidade do mundo?

Quanto à ação:

- Será correto invocar que a Câmara não agiu de uma forma mais profunda e profícua, apesar dos reconhecidos condicionalismos? Onde o condicionalismo maior não será, porventura, o de uma equipa camarária que a Presidente fará o favor de nos comunicar desta minha dúvida.

Quanto à ausência:

- Será correto invocar que a Câmara não tem estado presente? Não, digo eu. Pessoalmente, direi até que é difícil nos dias que correm encontrar neste meio um dirigente tão afável, correto e disponível como a nossa Presidente, mesmo quando é incomodada com um telefonema às 4h da manhã.

Poderia fazer mais? Sim, certamente, mas talvez não fossem a mesma coisa, pelas razões e circunstâncias descritas.

Mas, nestes tempos conturbados, em que todos viajamos num barco velho e num mar revolto, o povo espera que saibamos em conjunto, cumprir estas metáforas:

- Unir forças;
- Remar em sintonia.

E, como dizia um ilustre membro desta Assembleia: “lançar pontes de diálogo”. Pois é pior aquele que olha e não quer ver do que o outro que é cego e nada vê.

Eu, pessoalmente, olho e vejo obra, mas também reparo que só uma postura utópica vê ou imagina cenários para os quais nada está perfeito.

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Quero iniciar a minha intervenção com uma reflexão.

Estarão as nossas populações preparadas com as competências básicas necessárias para enfrentar os desafios da vida e do trabalho, na atualidade?

Portugal enfrenta, tal como os restantes países europeus, todos os desafios inerentes a um contexto mundial de aceleradas mudanças e incertezas decorrentes da pandemia COVID-19, da guerra, das inovações tecnológicas, da globalização e das mudanças geopolíticas que arrastam transformações tecnológicas, económicas e sociais. Tudo isto, vai ter reflexos no mundo do trabalho e na vida quotidiana, exigindo, por parte das pessoas, das empresas e seus trabalhadores, uma permanente preparação e adaptação às mudanças.

Para além destes desafios, Portugal ainda se depara com a baixa qualificação da sua população adulta, situando-se na cauda da Europa a este nível, bem como com profundas desigualdades territoriais, onde a problemática da baixa qualificação é mais acentuada nas populações dos territórios do interior. Esta problemática, está mais patente nos públicos adultos, ou seja, nas pessoas que estão a contribuir para a produtividade do país e das regiões, para a educação das suas crianças e jovens, para a escolha dos seus governantes e para a construção das suas comunidades. Efetivamente, a educação das crianças e jovens é uma prioridade, mas as oportunidades de qualificação da população adulta, constituem-se como uma urgência.

- O 8.º Relatório sobre a Coesão, da Comissão Europeia (2022), confirma a forte correlação entre o investimento na qualificação e o índice de desenvolvimento económico e social das nações. A aposta na valorização dos Recursos Humanos é, cada vez mais, o fator chave para promover o progresso dos países e das regiões.

Em Portugal, apesar da melhoria verificada nos últimos 30 anos, ainda assim, a população com mais de 15 anos possui as mais baixas qualificações da UE, com 50% desta população sem o nível básico, ou seja, sem o 9.º ano de escolaridade. No caso da CIM de Terras de Trás-os-Montes, esta população representa 60% e corresponde a cerca de 62.200 pessoas e, especificamente, no concelho de Mirandela esta população corresponde a 58% que totaliza cerca de 12.200 pessoas (PORDATA, dados de 2011). Este concelho, apesar de estar melhor que a média da CIM, está pior do que o país e do que a média da União Europeia que é de 22%, a este nível.

Esta situação, leva também à perda de competitividade dos países e das regiões. Qual é a empresa que, olhando para os níveis de qualificação da possível mão-de-obra, vê que 60% desta nem chega a ter o 9.º ano de escolaridade, acham que querem investir nesta região? Todos sabemos que o trabalho hoje em dia está mais complexo, exigindo muitas mais competências aos trabalhadores. Para além disso, o próprio quotidiano de cada cidadão está mais exigente, desde a utilização dos comandos da televisão, ao uso do telemóvel, à forma de contactar diversas instituições desde bancos à segurança social, bem como a necessidade de uma cidadania mais ativa, responsável e participativa.

Assim, para um cidadão se poder integrar e acompanhar as mudanças que estão permanentemente a ocorrer, tanto na sociedade como no trabalho e ter uma participação cívica mais consciente, precisa de ter acesso e oportunidades de se atualizar e melhorar as suas competências digitais, de numeracia, de literacia e de cidadania.

A educação e a formação são a melhor ferramenta para fazer face a este novo contexto.

Contudo, diversos estudos têm revelado que quanto menos qualificações as pessoas têm, menos se interessam e se envolvem em oportunidades de qualificação, pois muitas vezes não têm consciência e nem a capacidade de ler o mundo que os rodeia. Por isso, acham que não precisam.

Por norma, estas população situam-se, na sua maioria, nas categorias de:

- agricultores com baixos rendimentos;
- domésticas;
- assalariados de baixo nível de remuneração;
- trabalhadores precários e da economia informal;
- minorias étnicas,
- Desempregados com baixas qualificações;
- jovens de baixa escolaridade e qualificação à procura do primeiro emprego;
- pessoas com deficiência;
- idosos pensionistas.

Contudo, estas pessoas, não podem ficar para trás: porque vivemos em sociedade e o bem-estar individual resulta inevitavelmente no bem-estar e progresso coletivo; porque se tivermos cidadãos mais preparados, ajudará à modernização e digitalização das nossas instituições e serviços e a uma maior participação cívica ao nível do exercício de uma cidadania mais ativa e consciente para o aprofundamento da democracia, com respeito pela diversidade, prevenindo a discriminação, a exclusão, o racismo, a xenofobia e

promovendo valores fundamentais como a ética, a tolerância, a solidariedade e o respeito pelos direitos humanos, de forma a construir os alicerces para o desenvolvimento qualitativo da sociedade.

Por isso, temos que ser nós os vizinhos, os amigos, os autarcas, os empregadores, os líderes, os filhos dos filhos, a mostrar aos nossos, da nossa terra, que adquirir e melhorar competências é uma real ferramenta para a melhoria da vida, do trabalho e da sociedade.

As autarquias, devido à sua proximidade com estas populações, têm o dever de proporcionar o acesso a atividades que contribuam para o desenvolvimento das pessoas. Tal como *Paulo Freire* se referia às “Cidades Educativas”, pois também estas são educadoras, dado que funcionam como processos educativos através das suas diversas atividades, da sua história, tradições e cultura. Mirandela e as suas aldeias têm desenvolvido muitas atividades neste âmbito, mas precisamos de fazer mais e estabelecer redes entre atividades informais e formais. O estabelecimento de redes de aprendizagem, é fundamental, principalmente no sentido de despertar a apetência para o bem comum, desenvolver um sentido de pertença e de identidade, num clima aberto, com liberdade de expressão e participação responsável.

O desenvolvimento de um concelho, de uma região ou de um país, depende em grande medida das pessoas. Por muitas tecnologias, construções, jardins, meios de comunicação e transporte, empresas, entre outras coisas que existam, apesar de serem de extrema importância, a verdade é que se as pessoas não estiverem preparadas e não tiverem oportunidades de adquirir, atualizar e melhorar as suas competências, o desenvolvimento pode ficar comprometido. De fato, apostar na preparação das pessoas é sempre a base para qualquer estratégia de desenvolvimento.

*Paulo Freire*, referia que todo o ser humano “foi programado para aprender” e não há ninguém que não queira evoluir e se desenvolver.

Neste momento, existem verbas através de programas de financiamento como o PRR, para a qualificação de públicos adultos, através dos *Projetos Locais Promotores de Qualificação de nível B1/B2/B3* e do *Acelerador Qualifica*. É importante que esta região saiba aproveitar esses recursos e que aposte no desenvolvimento das pessoas, pois é o melhor investimento que qualquer país ou autarquia pode fazer.

Cabe-nos a nós, agentes de desenvolvimento da nossa terra, a responsabilidade de valorizar, mobilizar e sensibilizar estas pessoas para a aprendizagem, através de uma rede de parcerias, criando uma cultura de aprendizagem para o progresso da Nossa Terra.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer a intervenção de todos.

Vou começar então por cumprimentar todos e por responder ao Deputado Municipal *Agostinho Beça*.

Obviamente que é com grande satisfação que estamos, neste momento, *online*, portanto, acessíveis a todos quantos nos querem ver, acompanhar, no sentido da participação cívica e do conhecimento de todas as matérias que são discutidas em Assembleias Municipais.

Foi um grande passo em prol da transparência, em prol da divulgação, dos trabalhos.

Quanto às Reuniões de Câmara, obviamente que é uma questão que vai ter que ser estudada, orçamentada e, portanto, é uma questão que tem de ser decidida em reuniões de executivo. Tomamos boa nota desta proposta. Estaremos disponíveis naturalmente para discutir em sede de reuniões de executivo.

Relativamente ao Senhor Deputado *José Mário Mesquita*, dizer que o processo eleitoral do próximo ato eleitoral na Freguesia de Mascarenhas surgiu por decisão do atual Presidente e da lista candidata que venceu as eleições, não surgiu porque não houve acordo, como aconteceu noutras Freguesias do concelho, nomeadamente em Mirandela e, portanto, há responsáveis políticos pela situação que se viveu.

Relativamente à questão de ir a Mascarenhas, eu vou à Freguesia de Mascarenhas, às aldeias, sempre que me convidarem e sempre que tenha disponibilidade. Não tomo nota do seu conselho em não ir a Mascarenhas, uma vez que o espaço público é acessível a todos, eu sou cidadã e tenho um direito igual a todos os outros de visitar as Freguesias do concelho, hoje, no dia 30 de setembro, como todos os dias do concelho. Portanto, tenho liberdade para visitar, para estar e para conviver com as pessoas e, por isso, vou naturalmente a todos os lados que me convidem.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta, *Ilda Fernandes*, dar os parabéns pela organização da Feira do Figo e património. Foi um excelente momento, apesar de a Câmara Municipal só ter participado com apoio logístico. Efetivamente o apoio logístico, como sabem, também é um custo para a Câmara Municipal e agradecer a todos os funcionários, trabalhadores da Câmara Municipal que estiveram envolvidos no apoio que as nossas Juntas de Freguesia tanto precisam.

Relativamente ao Senhor Deputado *José Trovisco*, em relação à organização funcional, obviamente que depois do mês de agosto em que todos os trabalhadores estiveram envolvidos em muitas situações, em que, particularmente, os serviços operacionais são chamados a várias questões para resolução urgente, dizer que Mirandela não para e continuamos a acreditar em todos e na participação de todos. Portanto, a Câmara estará sempre presente.

Relativamente à Senhora Deputada *Rita Messias*, esta reflexão é uma reflexão muito importante. Ainda há pouco falávamos, a propósito da intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, na educação, na formação, na qualificação, no conhecimento, na transferência de conhecimento e nos desafios que todos nós, os nossos jovens e os nossos menos jovens têm em virtude das alterações neste mundo cada vez mais exigente e com estas transformações económicas e sociais que, no fundo, acabam por nos dar mais responsabilidade ainda para participarmos na qualificação.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, julgo que fiz aqui troca, passei o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, não foi de forma propositada. Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* e relativamente ao campo de ténis, o campo de ténis foi construído e foi uma proposta de um orçamento participativo. O orçamento participativo foi de 50 mil euros para construir três campos de ténis, portanto, manifestamente insuficiente para a construção. Neste campo de ténis a Câmara Municipal investiu 118

mil euros e o que se passou foi que foi solicitado, ainda não foi feita a receção definitiva da obra e foi solicitado a um clube de ténis para fazer o teste relativamente ao pavimento.

A chave foi cedida, provisoriamente, já foi entregue à Câmara Municipal para que pudessem testar o piso, as condições de treino. Estiveram uma semana a fazer testes no campo para nos salvaguardar relativamente à sua utilização.

Quanto ao agrupamento de escolas de Torre de Dona Chama, obviamente que toda a responsabilidade relativamente ao agrupamento de escolas é uma responsabilidade partilhada entre o agrupamento de escolas de Mirandela que inclui o polo de Torre de Dona Chama e a Câmara Municipal que também é responsável, quer pelas atividades extracurriculares, quer pela própria infraestrutura.

Relativamente à vereação, ou seja, uma Vereadora sem pasta ou sem pelouro não tem qualquer responsabilidade relativamente às questões relacionadas com o funcionamento das escolas. A Vereadora, como todos nós fomos eleitos, fomos eleitos pelos munícipes de todo o concelho. Também dizer que todos os Vereadores, quer da Oposição, quer com pelouro, têm participado situações que julgamos podermos melhorar. É neste espírito de interajuda que queremos continuar a trabalhar.

Como nós costumamos dizer, não está tudo a 100%, mas caminhamos para resolver os problemas que vão acontecendo diariamente.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou a palavra para defesa da honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Num dia histórico para a Assembleia Municipal, esta Assembleia Municipal, o facto de ser transmitida pela primeira vez *online* e muitos dos portugueses da diáspora mirandense, muitos dos mirandenses da diáspora mirandense poderem assistir aqui aos nossos trabalhos.

Que bonita maneira, Senhora Presidente, de terminar esta Assembleia Municipal. Terminou esta Assembleia Municipal defendendo a honra, se é que foi atingida, da sua Vereadora da Oposição sem pelouro.

Eu devo-lhe este elogio e esta grandeza.

É por isto que na Política não vale tudo.

Senhor Presidente da Assembleia, ainda que seja muito difícil fazer...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, o pedido de defesa da honra era em relação à sua pessoa. Não se manifeste em defesa nem faça defesa da honra de terceiros...

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas como líder da bancada e a Senhora Vereadora teve o cuidado de me pedir essa responsabilidade, faça para ela, como faço para outros membros desta Assembleia Municipal.

Senhor Presidente da Assembleia, eu sei que é muito difícil terminar ou impedir uma intervenção nesta Assembleia, porque muitas vezes não sabemos o que é que o Senhor Deputado vem intervir, mas devia ter feito uma chamada de atenção a este Senhor Deputado *Jorge Humberto* que atingiu de forma vil a honra da Senhora Vereadora.

A educação dos filhos a ela diz respeito e à sua família e a sua transferência para Mirandela foi por questões pessoais que eu nem me atrevo a perguntar.

Segundo: A Senhora Vereadora foi eleita pelo concelho, não foi eleita especificamente por Torre de Dona Chama.

Terceiro: Se tem conhecimento de factos de bullying, isso é um crime público. Na qualidade de Deputado tem que os denunciar. Não seja lisonjeiro nas suas intervenções só porque quis atingir a Senhora Vereadora.

Depois, por final, Senhor Presidente, esta intervenção do Senhor Deputado merece um pedido de desculpas. Não lhe vou pedir a si que lhe peça a ele. Cabe-lhe a ele, na sua consciência e na sua forma de estar, por quem eu tenho consideração, mas que no final desta Assembleia teve a pior forma de a terminar, depois de a ter começado tão bem.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo sido tecido um juízo de valor sobre a intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto* e tendo sido pedido por ele a defesa da sua honra, goza também, regimentalmente, dos seus três minutos para o efeito.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos lá ver se esclarecemos aqui as questões para serem claras.

Aquilo que eu me limitei aqui a fazer, faço-o e reitero aquilo que disse, é que nós temos uma Vereadora que pertence ao PSD, que foi e que está na Vereação, obviamente que eu sei que não tem pasta, não pode decidir. Mas acompanhando aquilo que são as questões políticas do meu concelho, dos quais a minha força política faz parte, como faz o PSD, como faz o CDS, era a obrigação daquela Senhora, que vive na Torre de Dona Chama, saber o que se passa naquela escola com falta de Professores de AEC's, de falta de técnicos auxiliares de educação e nunca, nunca abriu a boca numa Reunião de Câmara a denunciar esta situação.

Senhor *Paulo Pinto*, espere. Com calma.



Aquilo que eu tenho a dizer é que o que eu faço aqui é um comentário político e sempre político sem fazer qualquer tipo de observação a questões pessoais.

Eu acompanho todas as Atas da Câmara Municipal e nunca vi aquela Senhora Vereadora, como também nunca vi o Senhor Vereador *Paulo Travanca*, ou *João Travanca*, peço desculpa pelo nome, e agora estou numa questão de provocação, aquilo que ele me chamou na última Reunião de Câmara. Portanto, eu não sou o “Pitacas”, sou *Jorge Humberto*, não andei com ele na escola. Isto é um ponto parágrafo que eu faço à parte.

Portanto, quando nós fazemos intervenção política temos que ser sérios. Fazer intervenção política e a denúncia de casos em que a erva tem um metro de altura tem que ter a mesma relevância daquilo que são os interesses das populações e principalmente a maior relevância quando estamos a falar em crianças que não têm um professor e que, para além de não terem um professor, têm duas horas em que nem têm um técnico auxiliar para os acompanhar.

Esta é a minha avaliação política. Se serve o chapéu a quem tem que servir que o meta. Senhora Vereadora, se por acaso melindrei a sua questão pessoal, peço-lhe desculpa, mas não foi essa a minha intenção. Foi só para lhe fazer lembrar que tem uma voz ativa, que tem assento nas Reuniões de Câmara Municipal e o seu papel para o qual foi eleita é exatamente para denunciar essas situações. Se não o faz, a avaliação faz o povo, como se costuma dizer.

Quanto ao Presidente de Junta de Freguesia, exatamente o povo há-de fazer essa avaliação.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa já recebeu previamente a inscrição de dois munícipes para o efeito, pelo que chamamos a intervir a munícipe *Manuela Gândara*. Informo que a cidadã autoriza a transmissão da sua intervenção, os serviços de transmissão podem prosseguir, uma vez que está autorizada a transmissão da intervenção da munícipe *Manuela Gândara*.

----- A Senhora Munícipe *MANUELA GÂNDARA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não ficaria bem com a minha consciência se não me pronunciasse sobre a Serra dos Passos - posso dizer assim, porque não está cá o *Paulo Pontes* de Franco, senão teria que mudar o meu vocabulário - e, portanto, sobre o Buraco da Pala, sobre as grutas. Conheço muito bem a serra a pé e de carro. Conheço aqueles cantos todos e mais alguns, como costume dizer. Aquela serra é muito grata há muitos anos.

Olhando para as caras que aqui estão, penso que devo ser a única que lavou a roupa de alguém que andou a cavar no Buraco da Pala. É que uma pessoa vê muita coisa sobre o Buraco da Pala, sobre a serra e não sabe se calhar o resto, porque escrito não está em lugar nenhum. Eu digo que não está, porque já me fartei de procurar coisas, porque queria encontrar, porque precisava de encontrar.

Quando a Senhora Dr.ª *Teresa Sanches* abordou a Câmara Municipal, abordou também a casa do Professor, que era Presidente, o Fundador, o Professor *Luciano Prada* e pediu ajuda a todos para poder fazer as escavações, para o poderem ajudar. Ajudaram jovens, jovens deste concelho que iam de manhã cedo, às 5h da manhã e quem os levava eram os Bombeiros que os transportavam para a serra. Saíam de casa às 5h, levavam uma merendazinha e água para poderem comer e às 14h da tarde regressavam a Mirandela.

Foi assim que foi ajudado a fazer aquele trabalho todo.

Não está em nenhum lugar escrito este agradecimento àqueles jovens e eram muitos. De minha casa só ia um, mas chegava-me. Era quanto bastava.

Portanto, o Buraco da Pala, foram as escavações feitas, ouvi muita coisa à Senhora Dr.ª *Teresa Sanches*, estive aqui, não neste auditório, mas noutros lugares, a ouvir aquilo que ela prometia que ia ser feito e no final disto tudo o que é que eu vi? Foi um doutoramento com base nestas escavações. Nem um agradecimento sequer aos Bombeiros que andaram ali um verão interior a trabalhar.

Algumas peças das escavações estiveram expostas durante algum tempo, não sei se eram todas, mas eram bastantes, algumas, deixei depois de ver as peças. Dizem que estão em depósito, não sei o que é depósito. Em minha casa quando depósito é o que fica no canto da garagem que nunca mais se encontra, só para ir para o lixo. Espero que isto não seja exatamente a mesma coisa.

Esses achados continuaram. Foram feitas algumas publicações. Eu quis consultar algumas e só as encontrei depositadas no estrangeiro também e perante o pagamento de uma caução para eu poder consultar.

A biblioteca de Mirandela também não tem as publicações que foram feitas para podermos requisitar e levar para casa, para vermos com algum tempo. Aquilo que a biblioteca de Mirandela tem, pelo menos é a informação que eu tenho e eu acredito que os técnicos me deram a informação correta, são uns livros que alguém tinha em casa como, por exemplo, aqui o Senhor *Beça* poderia ter uns livros e viu que a biblioteca não tinha e dizer: “Eu tenho. A biblioteca não tem, eu cedo”. Não é o Senhor *Beça*, é outra pessoa, não vou pôr o nome, porque a pessoa não está aqui presente. Os livros têm o nome dessa pessoa, que eram propriedade dela, portanto, não sei como é que os teve, se os comprou, se como foi. E são esses os livros que fazem parte da biblioteca de Mirandela. Nem sequer são outros livros. Eu consigo consultar outros sobre isto, mas não é na biblioteca de Mirandela.

Eu acreditei sempre, mas acreditei e acreditamos em minha casa, fielmente e religiosamente, que o Buraco da Pala ia trazer mais-valias para Passos, para Lamas de Orelhão e, na altura, eu alertei para Suções, porque Suções também tem parte histórica. Isso já não interessou, porque para o Doutoramento já chegava aquilo, o resto não era preciso. O Aresto e Santa Bárbara têm ainda vestígios muito fortes, que se calhar já não terá neste momento, estou a falar há uns anos. Mas isso já não interessava, porque o Doutoramento estava feito.

Quando eu vi, passados estes anos, esta situação de “agora vamos continuar a estudar e vamos fazer escavações e vamos e vamos” e a prometer montes de coisas, veio à minha memória aquilo tudo que tinha sido prometido há muitos anos e que nunca foi feito e que nunca veio. E isso deixou-me triste. Eu volto a dizer e estou a repetir-me, possivelmente. Eu penso que Passos, e deve estar aqui o Senhor Presidente de junta e de Lamas de Orelhão, que mais-valias dali nunca tiveram.

Eu, com toda a minha honestidade e tenho imensas fotografias daquela zona que também posso facultar à Câmara, fiquei horrorizada uma das vezes que fui lá e que vejo cimento e uma fogueira aberta dentro do Buraco da Pala. Porque, na realidade, fazer fogueiras dentro do Buraco da Pala não cabe na cabeça de ninguém. Por lá cimento, foi porque puseram lá um santo, fizeram cimento e o que sobrou lá ficou. Também não iam levá-lo para casa ou metê-lo no bolso, não é? Portanto, isto é assim... Agora estou um pouco a ironizar.

Acabou por as aldeias não terem mais-valias. Eu que sempre acreditei que aquilo poderia ir para a frente, quando eu fiz parte da região de turismo do nordeste transmontano, fui a única mulher de Mirandela que fez parte daquela comissão, fiz questão de levar a uma reunião para no Dia do Turismo - foi há dois dias, não é Senhor Vereador? Penso eu que foi há dois dias o Dia do Turismo - a nível mundial a imagem que saiu para “Visite Trás-os-Montes” era o Buraco da Pala. O Buraco da Pala saiu para todo o mundo, em todos os aeroportos, nos placares, era a imagem do Buraco da Pala. Foram feitos postais ilustrados, milhares e milhares espalhados por todas as pessoas, inclusivamente apostamos nos aeroportos. Portanto, eu consegui que a nível de Distrito a imagem que saísse fosse do Buraco da Pala. Se o Senhor Vereador não conhece o postal, eu ainda tenho um, faço questão até de lhe o oferecer. Fico sem ele para lhe oferecer, portanto, estou à vontade. Não o trouxe, porque não vinha para falar sequer.

Portanto, acreditei sempre que aquilo podia ser uma mais-valia para todos, porque gosto disto.

Aquilo que aconteceu foi vandalismo, foi abandono. Eu nunca vi sinalética e sabendo o mesmo quando estava a fazer divulgação a nível do mundo que lhe faltava a sinalética, mas acreditei. Um dia tentaram calar-me dizendo-me que estava a ser lançado um livro, que foi mandado fazer um livro, um estudo, para rentabilizar a Serra dos Passos. A Câmara fez um livro, mas penso que o guardou numa gaveta à espera que ele tomasse mofo, porque nunca saiu cá para fora. Eu também tenho um, porque alguém me ofereceu, sabendo que eu gostava, há tempos fez o favor de me oferecer esse livro.

É minha convicção, de facto, que a serra tem muitas mais-valias. Agora, o que penso é que tem que ficar tudo muito registado.

Não percebo nada de eólicas, também não posso perceber de limpezas de casas e de outras coisas, não é? Não percebo, mas uma coisa vou aqui dividir, porque também me chocou muito no outro dia. No dia 14 de agosto, às 7 h da manhã, andava a arder o Marão do lado esquerdo e do lado direito, quem vai daqui para o Porto. Às 7 h da manhã ardia do lado esquerdo bastante e do lado direito bastante. Quando venho às 13h 30min, do lado direito continuava a arder, mas do lado das eólicas, máquinas tinham limpo toda a terra numa área grande, aliás, quem passar agora ainda vê. Portanto, num diâmetro muito grande limpavam tudo para que não estragassem as eólicas. Portanto, a empresa tratou dos deles, o povo ficou sem as culturas.

Pensem muito bem naquilo que pode ser feito.

Senhora Presidente, escreva a sua história em pedra de granito e não na areia.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Avançamos para o município *Manuel Brízido* que, expressamente, não autoriza a transmissão em direto da sua participação, pelo que se solicita a interrupção da transmissão desta Sessão da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fui alvo de ataques infundados esta manhã, aqui, mas isso não me afeta completamente em nada. Quem se quiser dar comigo que se dê, aqueles que não se quiserem dar, não me fazem falta alguma.

Sei que para algumas pessoas eu causo alguma dor de cotovelo, mas para mim é-me indiferente.

Quem vai para o parque às 22h 45min não é com ideias de sair às 23h. É o que faz muita gente. Estou a referir-me às pessoas do Bairro Tua Sol. Nem todos, mas só alguns, porque alguns não são desordeiros, até são ordeiros.

Senhor Presidente, vou virar a página. Vou-me referir à Freguesia de Cobro.

Senhor Presidente, vou falar aqui algo da Freguesia de Cobro. Irão compreender a minha indignação.

Particpei no dia 17 de setembro na Assembleia de Freguesia de Cobro, onde costumo participar e habitualmente. Coloquei uma pergunta ao Senhor Presidente, fui mal interpretado. Uma pessoa que se encontrava dentro da mesma salta com palavrado que não é permitido dentro de uma Assembleia na presença de senhores e na presença de senhoras, saltando às “carvalhadas”.

E agora, a Senhora Presidente vai dizer assim: “As Freguesias têm a sua autonomia.” Ok, muito bem, Senhora Presidente, mas não se esqueça de uma coisa: houve um problema numa Freguesia hoje - não foi hoje, já foi há tempos - e a senhora ao outro dia tinha os dois intervenientes na Câmara para resolver o problema e foi resolvido. Não lhe vou dizer aqui publicamente de quem se trata, mas se quiser posso-lhe ligar amanhã e posso-lhe dizer de quem se trata.

Isto não se admite na democracia. A democracia não quer isto. A senhora representa o concelho de Mirandela.

Senhor Presidente, em relação ao Senhor Presidente da Freguesia de Cobro, em 2021, houve pessoas que sofreram ataques da parte dele e eu fui um deles. Onde, um sábado, e tenho testemunhas, a minha família está ao corrente e as autoridades também, que eu

podia correr o risco de aparecer numa valeta. A minha mulher ficou muito chateada, não queria acreditar naquilo que ouviu, sendo ela amiga dos pais deste senhor.

Senhor Presidente, escrevi uma carta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cobro, no dia 07 de julho, a pedir esclarecimento de algumas dúvidas e a pedir alguns documentos que são públicos e não me foram facultados. Mas vou dizer aqui publicamente e assumo aqui publicamente que vou fazer chegar às entidades competentes a minha indignação, porque não compreendo porque é que os mesmos documentos que eu pedi não me foram facultados.

Para terminar, vou dizer o seguinte: Um sábio disse: “*Não importa o costureiro, o preço ou o tecido. Quem é pobre de carácter anda sempre mal vestido.*”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as intervenções que foram feitas.

Relativamente à munícipe *Manuela Gândara*, dizer que acolhi estes testemunhos com muito gosto. Efetivamente, os serviços da biblioteca vão fazer uma avaliação dos livros que temos disponíveis na biblioteca. Podem estar nas reservas, mas de qualquer forma também concordo com a opinião que expresse relativamente à investigação que tem sido feita desde a década de 80 relativamente à serra. Que pouco ou nada tem trazido para o concelho, em concreto para as populações que vivem quer em Passos, quer em Lamas de Orelhão, quer em Suçães, quer no Franco, quer também no concelho de Valpaços, tudo aquilo que é o enriquecimento cultural, turístico, porque nunca foi designada aquela área como um parque arqueológico.

Efetivamente, sob o ponto de vista da classificação dos sítios, todos os sítios são protegidos, mas nunca olhamos para a serra com as mais-valias e com o potencial que a serra tem, mesmo que seja para uso múltiplo relativamente ao seu potencial. Portanto, o abandono da própria serra, o facto de não termos cuidado, acessos, é um risco muito grande para aquilo que são os incêndios na época de verão.

O projeto EscarpArte tem muito daquilo que é a projeção turística, um passeio pedestre, tudo o que tem a ver com o potencial turístico que a serra tem e, por isso, a Câmara Municipal associou-se a este consórcio para termos mais serra e melhor serra.

Anotei, com simpatia, a minha história no granito e, portanto, vamos continuar a trabalhar como feito até aqui em prol da cultura no concelho de Mirandela.

Obrigada.

Quanto à intervenção do munícipe *Manuel Brízido*, relativamente ao parque Tua Sol julgo que já foi tudo esclarecido na parte da manhã.

Relativamente às situações que referiu da Assembleia de Freguesia de Cobro, julgo que é na própria Assembleia de Freguesia que deve esclarecer esta situação.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cobro *ANTÓNIO MESQUITA* (PS) solicitou a palavra para defesa da honra: Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Se bem me apercebi isto são queixinhas de escola primária. Compreendo que este senhor gostaria de estar sozinho nas Assembleias, como tinha sido hábito, mas deveria ser ignorado, pelo que chega a um ponto que a paciência se esgota e as pessoas da Freguesia estão cansadas das atitudes deste senhor.

Há pessoas com as suas crenças, ilusões e estupidez e muitas evidências e provas apresentadas, não tem a capacidade de compreender e estão cegas pelo ego, ódio ou ressentimento e a única coisa que desejam é ter razão, mesmo sabendo que não têm.

Para mim, a paz, a tranquilidade e o bem-estar das pessoas da Freguesia vale mais que tudo. Este senhor só contribui para o mal-estar dos fregueses e nunca para a nossa Freguesia, a não ser para denegrir a imagem desta, assim como da Igreja.

Há pessoas que pensam que sabem tudo ou sabem o que sabem, mas desconhecem e não sabem o que os outros sabem.

Isto é, quando a ignorância grita, a inteligência acaba.

As pessoas são valorizadas pelo que são, não pelas suas grandezas.

Para terminar, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deixo aqui um pedido, que assuntos relacionados com as Freguesias sejam discutidos nas respetivas Assembleias e não na Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Antes de concluir os trabalhos desta Assembleia Municipal, informo à Assembleia da entrada de uma proposta para realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária sobre o tema “Parque Eólico/Serra dos Passos” da autoria do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* da Bancada do CDS/PP, do Deputado Municipal *Jorge Humberto* da CDU e do Senhor Deputado *Paulo Pinto* do PSD.

Também transmitir-lhes que estas propostas vão ser submetidas à Comissão Permanente para avaliação e decisão subsequente, no dia 28 deste mês, para decidir em Comissão Permanente.

A Mesa da Assembleia faz a proposta à esta Assembleia de descer estas três propostas para realização de Assembleia Municipal Extraordinária em sede de Comissão Permanente para ser discutida, para ser apresentada pelos proponentes.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era o que faltava na Assembleia da República haver uma proposta e ser votada no Largo do Rato.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

A Mesa está a sugerir aos proponentes...

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas qual é o problema de votar a favor, de se absterem ou votar contra?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Nenhum.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há, há. É de uma riqueza impressionante essa votação. Política. Estamos a falar de riqueza política.

Se não concordam, votam contra. Se concordam com essa Assembleia Municipal Extraordinária votam a favor. Se ficam “nim”, abstêm-se. Essa é que é a riqueza política desta Assembleia Municipal, porque o parque eólico já há muito tempo que não é votado aqui. Tem sido jogado ao secretismo de toda a ordem que nos compromete a todos, Senhor Presidente. Até porque na Comissão Permanente eu saio de lá vencido. Não tenho dúvidas. Vocês são logo três, quatro... Nem me atrevo. Sou muito pequenino lá.

Só para terminar. Senhor Presidente, eu entendo e é louvável até a sua proposta, porque é feita de forma genuína, mas é assim: onde é que está a providência cautelar anunciada por dois Deputados? Também por dois Deputados Municipais, na comunicação social, falam na constituição de uma Assembleia Extraordinária. Temos que ser consequentes com o nosso eleitorado.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, permite-me uma breve interpelação à Mesa?

Para já, não percebo muito bem porque é que o Partido Socialista está excluído deste pedido. Por outro lado, ninguém falou comigo nem com nenhum membro da Bancada, penso eu. Pelo menos, a mim ninguém me abordou. Por outro lado, penso que isto está perfeitamente regulamentado no nosso Regimento, artigo 11.º que diz como é que as nossas Sessões Extraordinárias são. Então se até o próprio Executivo tem que requerer, em devido tempo, e nos termos regimentais para que haja uma Assembleia Municipal Extraordinária, como é que agora nós, aqui, requeremos assim de ânimo leve?

Era só isto, Senhor Presidente. Artigo 11.º do Regimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, a sugestão da Mesa para baixar estes três requerimentos, esta pretensão em sede de Comissão Permanente tem uma lógica benigna, bondosa - essa é a minha experiência durante o período em que sou Presidente desta Assembleia - de estar ali reunido um conjunto de condições para podermos discutir isto com outro tipo de condições e debate entre todos e estão lá os representantes das forças políticas competentes. A Comissão Permanente é um órgão consultivo de assessoria do Presidente da Assembleia Municipal. Nós, Mesa, produzimos uma sugestão perante estas três propostas.

A convocatória das Sessões Extraordinárias que versa, como foi dito, o artigo 11.º, diz expressamente no nosso Regimento: “1 - A Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária por iniciativa do seu Presidente, da Mesa quando assim o deliberar, ou, ainda, após requerimento:

a) Do Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento de deliberação desta;

b) De um terço dos seus membros;

c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município equivalente a cinco por cento do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de dois mil e quinhentos.

2 - O Presidente da Assembleia Municipal, no prazo de cinco dias após a sua iniciativa ou a da Mesa ou a receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção por protocolo ou correio eletrónico, convoca a sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

3 - A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e máximo de dez após a sua convocação.

4 - Quando o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não convoque a sessão Extraordinária requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, observando, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 3, deste artigo, e promovendo a respetiva publicitação nos locais habituais.”

Por isso é que nós tínhamos como intenção primária baixar esta pretensão à Comissão Permanente.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, só uma interpretação sobre a informação do Regimento que acabei de ler. Se a proposta for votada aqui e eventualmente aprovada, nós temos prazos muito rígidos para cumprir na efetivação desta Assembleia Municipal Extraordinária e vamos, provavelmente, sobrepormo-nos à Assembleia Municipal Extraordinária das Juntas de Freguesia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, se estas propostas baixarem à Comissão Permanente podemos agilizar a melhor agenda para a realização dessas reuniões. Caso contrário, se ela for votada aqui, vamos ter que respeitar os cinco dias, os prazos que estão previstos...

Vamos propor então à votação, querem votar... No entanto, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* não é o único proponente da proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente...

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, Senhor Deputado *Agostinho Beça*. O Senhor Deputado *Paulo Pinto* não é o único proponente das propostas. A Mesa vai ter que auscultar. Pedia ao Senhor Deputado *Agostinho Beça* que desse licença por um minuto, porque a Mesa quer auscultar a opinião dos outros dois proponentes, que é o Senhor Deputado *Jorge Humberto* e o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, o que é que preferem. Se preferem que estas duas propostas baixem à Comissão Permanente para que, em conjunto, possamos encontrar uma agenda para debater estes temas ou se estas propostas devem ser votadas agora e respeitarem-se os *timings* do Regimento da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu penso que aquilo que está em cima da mesa é que a proposta passe à Comissão Permanente para que seja feita a agilização desta agenda para que esta Assembleia Extraordinária passe a ser vinculativa.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, qual é a sua opinião?

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que eu acho é que a Assembleia Municipal tem todos os poderes para deliberar numa situação destas. Isto é, se existe uma proposta...

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, peço desculpa de interromper.

Vou-lhe explicar novamente.

Claro que a Assembleia Municipal tem todos os poderes de deliberar nesta situação. Acontece que se as propostas baixarem à Comissão Permanente e forem lá discutidas, pode-se agilizar uma agenda própria para as realizar. Se elas forem votadas agora, padecem dos *timings* que constam do artigo do Regimento, que são os cinco dias.

Agora, já percebemos que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* prefere que baixem à Comissão Permanente para que se agende convenientemente a data a realizar para o debate dos temas em apreço. Aquilo que queremos saber é a sua opinião sobre essa situação.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, penso que não são três propostas, é uma proposta. Isto é, todos nós queremos uma Assembleia Municipal Extraordinária para debater o assunto.

Em segundo lugar, a urgência está mais evidente. As obras podem começar a qualquer momento e é necessário discutir o problema.

Em terceiro lugar, eu, sobre a questão de baixar ou não à Comissão Permanente, não tenho qualquer problema em baixar à Comissão Permanente, se isso for mais prático.

A minha questão é esta: se é só dia 28, como o Senhor Presidente disse, vamos perder um mês mais em relação ao assunto que já devia ter sido debatido.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, com o máximo respeito, reitero o que acabei de dizer. Isto é clarinho como água, para mim, e, pessoalmente, oponho-me a que seja votado sem haver aqui um requerimento, um documento sobrescrito por um terço dos presentes. Se esse documento não parecer, o requerimento não existe e, portanto, nem sequer pode ser votado aqui nada daquilo que está a ser proposto. Independentemente da urgência ou da bondade das intenções.

Peço desculpa, muito obrigado pela atenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Agostinho Beça*, compreendemos e registamos com agrado as suas preocupações formais. A Mesa, no âmbito do regimento, goza das suas latitudes, bem como o plenário da sua soberania.



Recordo-lhe que recentemente, por proposta da Senhora Deputada Municipal da Bancada do Partido Socialista propôs uma Assembleia Municipal Jovem e todo o plenário aprovou a sua realização, foi uma votação por unanimidade, não tendo a Mesa exigido à Senhora Deputada a formalização escrita por um terço desse seu documento para que essa Assembleia fosse viabilizada. E era esse o espírito que aqui estava.

O que está em causa são duas coisas muito práticas. Ou, de facto, a tradução dessa exigência formal é feita pela votação, há um terço ou não há um terço que suporta e dá corpo à realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, ou os proponentes acolhem a sugestão de endereçar à Comissão Permanente a respetiva proposta para que ela possa ser melhor agilizada, melhor enquadrada no tempo e que até as pessoas possam dispor do tempo necessário de fazer as suas consultas, prepararem-se para poderem emitir uma opinião em sede de Assembleia Municipal. Se fizermos a votação neste momento e Mesa tem que cumprir os *timings* que estão consagrados no artigo 11.º, que é: após a aprovação dessa Assembleia Municipal, a convocatória tem que seguir no prazo de cinco dias e a realização da Assembleia Municipal tem que ocorrer entre três a 10 dias, o que seria - com o ferido pelo meio - um prazo muito acelerado, nem dando quase tempo às pessoas de se prepararem convenientemente.

Quando estamos aqui a discutir a seriedade deste assunto, também queremos garantir a todos que tenham oportunidade de tomarem contacto com a realidade do que está em causa neste processo e que gozem de condições de preparação para formular um juízo, formularem uma opinião e uma posição relativamente a esta matéria.

Foi esta a sugestão que a Mesa endossou aos três proponentes da realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária. Não é apenas uma proposta, a proposta é que é a mesma, no mesmo sentido - Assembleia Municipal Extraordinária, mas tem três proponentes, foram três propostas com o mesmo objeto. Não é uma proposta só subscrita por três membros da Assembleia Municipal.

Tecendo estas considerações, tem então a palavra o Senhor Deputado *Paulo Pinto* para, de forma definitiva, emitir a sua posição relativamente às duas possibilidades em questão.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Grupo Municipal do PSD, porque está a favor da qualidade dos trabalhos nesta Assembleia Municipal, concordam com a proposta da Mesa. Se bem que em outras ocasiões era feita uma proposta à Mesa e a Assembleia votava primeiro se a proposta era aceite ou não. Depois de aceite é que se votava “sim”, “não” ou pela abstenção.

Primeiro devia ser votado se a proposta é aceite. Se aceitam esta proposta, porque ela pode ser descabida. Portanto, não nos vamos alongar.

A bem dos trabalhos e da qualidade da próxima Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PSD coloca-se ao lado da proposta da Mesa da Assembleia Municipal, porque foi feita de forma séria e sem politiquices, penso eu.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Tentaremos antecipar a realização da Comissão Permanente para discutir o assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só mesmo um pormenor.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Não podemos. Desculpe.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, é só mesmo para dizer que a proposta da Assembleia Municipal Jovem não é comparável com esta, porque nem sequer é paga. Portanto, não é uma Assembleia Municipal Extraordinária. É um evento para jovens e que não tem rigorosamente nada a ver com uma Assembleia Municipal Extraordinária.

Peço desculpa.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só mais uma achega. Eu, aproveitando a sugestão do Deputado *Paulo Pinto* e se ela tiver cabimento, sugiro que a proposta seja votada, aliás, faço uma proposta para que a proposta apresentada seja previamente votada para aceitação e votação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, a sua intervenção e sugestão já é inconsequente, uma vez que na intervenção anterior, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* já endossou a decisão à Comissão Permanente.

Muito obrigado na mesma pelo seu empenho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Com estas discussões, encerro os trabalhos desta Assembleia Municipal Ordinária, desejando a todos vocês um ótimo fim-de-semana e agradecer os vossos contributos para a discussão.

Um abraço a todos. Muito obrigado.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 17 horas e 10 minutos.

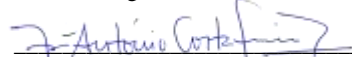
O Presidente da Assembleia Municipal;

  
Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

  
José António Costa Ferreira